



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXX SUP "A" AO Nº 156 SEXTA-FEIRA, 2 DE OUTUBRO DE 2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

RESENHA MENSAL (SETEMBRO/2015)

BRASÍLIA - DF

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)

Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)

1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)

2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)

2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

3º Secretário

Senadora Ângela Portela (PT-RR)

4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)

3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)

4º - Senador Douglas Cintra (PTB-PE)

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Florian Augusto Coutinho Madruga

Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Rogério de Castro Pastori

Diretor da Secretaria de Atas e Diários

José Farias Maranhão

Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



SENADO FEDERAL

SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura - 2015



RESENHA MENSAL **Setembro/2015**

(Art. 269, II, do RISF)

A - SECRETARIA LEGISLATIVA DO SENADO FEDERAL

Sessões plenárias do Senado Federal 01 a 30/09/2015

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	1
Deliberativa Extraordinária	2
Deliberativa Ordinária	12
Especial	4
Não Deliberativa	5
Total de sessões realizadas	24
Reunião não Realizada	1

Quadro Geral de Matérias 01 a 30/09/2015

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	5	0	0	0	0	0	0	0	5
PLC	6	2	0	0	0	5	0	0	13
PLS	1	15	0	0	6	3	6	3	34
ECD	1	0	0	0	0	0	0	0	1
MPV	0	0	1	3	0	0	0	0	4
PDS Atos Internacionais	2	0	0	0	0	0	0	0	2
PDS Rádio/TV	0	14	0	0	0	0	0	0	14
MSF	11	0	0	0	0	0	0	0	11
OFS	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Total	29	31	1	3	6	8	6	3	87

Quadro de Requerimentos 01 a 30/09/2015

Natureza	Total
Audiência de comissão	17
Auditoria	3
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	24
Criação ou alteração de comissão temporária	1
Destaque	14
Extinção de urgência	2
Informações	13
Missão (em representação do Senado Federal)	22
Preferência	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	4
Retirada de matéria	4
Tramitação conjunta	13
Urgência para matéria	5
Votação em globo	1
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Alteração de despacho	1
Calendário Especial	1
Total Geral	129

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem
01 a 30/09/2015

	PRES REP	SF	CD	Total
PEC	0	4	1	5
PLC	2	0	6	8
PLS	0	16	0	16
ECD	0	1	0	1
MPV	4	0	0	4
PDS Atos Internacionais	2	0	0	2
PDS Rádio/TV	14	0	0	14
Total	22	21	7	50

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 01 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	38
Art. 40 - sem ônus (ii)	2
Art. 43, I (iii)	5
Art. 43, II (iv)	1
Art. 43, § 7º (v)	0
Soma	46

Requerimentos de retirada	1
----------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e
(v) Requerimento de licença-paternidade.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 01 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	16
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
Soma	16

Missões não efetivadas (vi)	2
------------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;
(iv) Representação do Senado Federal;
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e
(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Resenha Consolidada

Sessões plenárias do Senado Federal 01/02 a 30/09/2015

Tipo da sessão	Quantidade
De Debates Temáticos	4
Deliberativa Extraordinária	22
Deliberativa Ordinária	72
De Premiações E Condecorações	1
Especial	18
Não Deliberativa	55
Total de sessões realizadas	172
Reunião	4
Reunião Preparatória	3
Reunião não Realizada	3

Quadro Geral de Matérias

02/02 a 30/09/2015

	Aprovada pelo Plenário	Aprovada por Comissão em decisão terminativa	Aprovada na íntegra	Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Rejeitada pelo Plenário	Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF)	Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF)	Prejudicada	Retirada pelo autor	Total
PEC	10	0	0	0	0	1	0	0	0	3	14
PLC	35	5	0	0	0	1	2	6	1	0	50
PLS	20	49	0	0	0	1	19	5	6	20	120
SCD	5	0	0	0	0	0	0	2	0	0	7
ECD	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
MPV	0	0	2	13	1	0	0	0	0	0	16
PDS Atos Internacionais	32	0	0	0	0	0	0	0	0	0	32
PDS Rádio/TV	0	100	0	0	0	0	0	0	0	0	100
Outros PDS	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
PRS	13	0	0	0	0	0	0	0	0	0	13
MSF	65	0	0	0	0	1	0	0	0	0	66
OFS	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Total	209	154	2	13	1	4	21	13	7	23	447

Quadro de Requerimentos 02/02 a 30/09/2015

Natureza	Total
Adiamento de apreciação de matéria	5
Audiência de comissão	110
Auditoria	11
Calendário especial	4
Congratulações, pesar, censura e assemelhados	207
Convocação de autoridades	2
Criação ou alteração de comissão parlamentar de inquérito	8
Criação ou alteração de comissão temporária	29
Desapensamento de matérias	18
Desarquivamento de matéria	42
Destaque	112
Encerramento de discussão	2
Extinção de urgência	4
Inclusão em Coleções do Senado Federal	1
Informações	159
Inversão da Ordem do Dia	6
Missão (em representação do Senado Federal)	106
Não realização de sessão	1
Preferência	9
Publicação de documentos no Diário do Senado Federal, para transcrição nos Anais.	1
Realização de sessão especial ou comemoração no período do expediente	37
Reexame de matéria por Comissão	18
Retirada de matéria	37
Sessão de debates temáticos	1
Tramitação conjunta	55
Urgência para matéria	50
Votação de Emendas uma a uma	3
Votação em globo	13
Votação nominal	11
Votação por dispositivos ou por grupo de dispositivos	1
Voto de aplauso ou semelhante	7
Voto de censura ou semelhante	5
Prorrogação de comissão parlamentar de inquérito	3
Alteração de despacho	1
Matéria não classificada	3
Total Geral	1082

Quadro de Matérias Aprovadas por Origem

02/02 a 30/09/2015

	PRES REP	SF	CD	STF	TST	TSE	MPU	Total
PEC	0	7	3	0	0	0	0	10
PLC	10	0	25	1	1	1	2	40
PLS	0	69	0	0	0	0	0	69
SCD	0	5	0	0	0	0	0	5
ECD	0	2	0	0	0	0	0	2
MPV	15	0	0	0	0	0	0	15
PDS Atos Internacionais	32	0	0	0	0	0	0	32
PDS Rádio/TV	100	0	0	0	0	0	0	100
Outros PDS	0	3	0	0	0	0	0	3
PRS	0	13	0	0	0	0	0	13
Total	157	99	28	1	1	1	2	289

Quadro de Normas Geradas por Origem

01/01 a 30/09/2015

Leis por iniciativa											
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República			STF	STJ	TST	TSE	STM	TJDFT	MPU
		PLC	PLN	MPV							
23	34	8	2	13	1	2	2	1	1	1	1

Emendas constitucionais por iniciativa		
Senado Federal	Câmara dos Deputados	Presidente da República
2	4	0

Quadros de Normas Geradas por Assunto

01/01 a 30/09/2015

Emendas Constitucionais. Total: 6

1. Administrativo. Total: 1

Assunto específico	Total
Servidores públicos	1

2. Econômico. Total: 3

Assunto específico	Total
Desenvolvimento regional	1
Planejamento e orçamento	1
Tributação	1

3. Social. Total: 2

Assunto específico	Total
Ciência, tecnologia e informática	1
Desenvolvimento social e combate à fome	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 89

1. Administrativo. Total: 11

Assunto específico	Total
Administração pública: órgãos públicos	1
Licitação e contratos	1
Organização político-administrativa do Estado	7
Servidores públicos	2

2. Econômico. Total: 14

Assunto específico	Total
Agricultura, pecuária e abastecimento	1
Econômico	1
Planejamento e orçamento	6
Política econômica e sistema financeiro	1
Política urbana	1
Tributação	3
Viação e transportes	1

Leis Complementares e Leis Ordinárias. Total: 89**3. Honorífico. Total: 25**

Assunto específico	Total
Data comemorativa	17
Homenagem cívica	6
Honorífico	2

4. Jurídico. Total: 18

Assunto específico	Total
Defesa do consumidor	1
Defesa nacional e forças armadas	2
Direito civil e processual civil	8
Direito eleitoral e partidos políticos	2
Direito penal e processual penal	3
Trânsito	2

5. Social. Total: 21

Assunto específico	Total
Ciência, tecnologia e informática	1
Comunicações	1
Desporto e lazer	1
Direitos humanos e minorias	2
Educação	1
Família, proteção a crianças, adolescentes, mulheres e idosos	2
Meio ambiente	4
Previdência social	3
Saúde	2
Social	1
Trabalho e emprego	3

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 02/02 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	395
Art. 40 - sem ônus (ii)	26
Art. 43, I (iii)	46
Art. 43, II (iv)	23
Art. 43, § 7º (v)	0
Soma	490

Requerimentos de retirada	4
----------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e
(v) Requerimento de licença-paternidade.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 02/02 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	94
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
Soma	94

Missões não efetivadas (vi)	19
------------------------------------	-----------

- (i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(ii) Requerimento de licença para tratamento de saúde com convocação de suplente;
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;
(iv) Representação do Senado Federal;
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e

(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Matérias apreciadas pelo Senado Federal

01 a 30/09/2015

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição. Total: 5

1. À Câmara dos Deputados. Total: 4

Aprovada pelo Plenário. Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 71/2011	Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.	Paulo Bauer	08/09/2015
PEC 98/2015	Acrescenta artigo ao Ato das Disposições Transitórias da Constituição para reservar vagas para cada gênero na Câmara dos Deputados, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Legislativa do Distrito Federal e nas Câmaras Municipais, nas três legislaturas subsequentes.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	08/09/2015
PEC 33/2014	Altera os art. 23 e art. 24 da Constituição Federal para inserir a segurança pública entre as competências comuns da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.	Ricardo Ferraço	16/09/2015
PEC 107/2015	Altera a alínea "a" do inciso IX do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para dispor que incide o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade.	Lúcia Vânia	30/09/2015

2. À promulgação. Total: 1

Aprovada pelo Plenário. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PEC 74/2013	Dá nova redação ao art. 6º da Constituição Federal, para introduzir o transporte como direito social.	Luiza Erundina	09/09/2015

Matéria: Medida Provisória. Total: 4

1. À promulgação. Total: 1

Aprovada na íntegra. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 674/2015	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, da Defesa e da Integração Nacional, no valor de R\$ 904.756.882,00, para os fins que especifica.	Presidente da República	15/09/2015

Matéria: Medida Provisória. Total: 4**2. À sanção. Total: 3****Aprovada na forma de Projeto de Lei de Conversão. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MPV 675/2015	Altera a Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, para elevar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de seguros privados e de capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001.	Presidente da República	15/09/2015
MPV 679/2015	Dispõe sobre autorização para a realização de obras e serviços necessários ao fornecimento de energia elétrica temporária para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, de que trata a Lei nº 12.035, de 1º de outubro de 2009, e altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa Minha Vida e sobre a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, a Lei nº 12.035, de 2009, que institui o Ato Olímpico, e a Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, que dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.	Presidente da República	29/09/2015
MPV 681/2015	Altera a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para dispor sobre desconto em folha de valores destinados ao pagamento de cartão de crédito.	Presidente da República	29/09/2015

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 13**1. À Câmara dos Deputados com alteração de mérito. Total: 5****Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 75/2015	Altera as Leis nºs 9.504, de 30 de setembro de 1997, 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, alterando as instituições político-eleitorais.	Ilário Marques	08/09/2015
PLC 95/2015	Disciplina a ação de indisponibilidade de bens, direitos ou valores em decorrência de resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas - CSNU.	Presidente da República	29/09/2015
PLC 33/2014	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.	Elcione Barbalho	30/09/2015

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 2

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 44/2012	Dispõe sobre as condições para a realização e análise de exames genéticos em seres humanos.	Zenaldo Coutinho	08/09/2015
PLC 134/2011	Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.	Angelo Vanhoni	21/09/2015

Matéria: Projeto de Lei da Câmara. Total: 13**2. Ao arquivo. Total: 5****Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 5**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 56/2013	Altera a diretriz da rodovia BR-436, prevista no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, para incluir em seu traçado a Ponte Rodoferroviária sobre o Rio Paraná.	Edinho Araújo	02/09/2015
PLC 94/2013	Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.	Valtenir Pereira	02/09/2015
PLC 109/2013	Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica, no Estado do Tocantins.	César Halum	02/09/2015
PLC 124/2013	Altera a Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para alterar trecho da BR-369 entre os Municípios de Ourinhos, Estado de São Paulo, e Londrina, Estado do Paraná, na altura do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná, entre o km 54 e o km 58.	Hermes Parcianello	02/09/2015
PLC 110/2014	Inclui no Anexo da Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, que dispõe sobre o Plano Nacional de Viação, o trecho rodoviário que especifica.	Valtenir Pereira	02/09/2015

3. À sanção. Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLC 127/2015	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, relativo ao exercício de 2014, com o objetivo de fomentar as exportações do País.	Presidente da República	15/09/2015
PLC 143/2015	Altera a Lei nº 12.869, de 15 de outubro de 2013, acerca do regime de permissão de serviços públicos.	Goulart	29/09/2015
PLC 24/2013	Dispõe sobre a regulamentação do exercício profissional de Designer e dá outras providências.	Penna	30/09/2015

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 34**1. À Câmara dos Deputados. Total: 16****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 525/2015 Complementar	Acrescenta §14 ao artigo 3º da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990, para dispor sobre o cálculo do valor adicionado de energia hidroelétrica para fins de repartição do produto da arrecadação do imposto sobre a circulação de mercadorias e serviços pertencentes aos municípios.	Fernando Bezerra Coelho	16/09/2015

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 34**1. À Câmara dos Deputados. Total: 16****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 15**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 237/2014	Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a ampliação do Mercado Livre de Energia.	Delcídio do Amaral	08/09/2015
PLS 86/2015	Institui normas gerais para a revitalização da bacia hidrográfica do rio São Francisco.	Lídice da Mata	08/09/2015
PLS 326/2015	Altera o Art. 2º da Lei nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997 que Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos para incluir o aproveitamento de águas pluviais como um dos seus objetivos	Donizeti Nogueira	08/09/2015
PLS 531/2011	Altera o art. 45 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998 (Lei Pelé), para exigir a comprovação de contratação de seguro como condição para participação de atletas e treinadores de futebol nas competições que especifica.	Zeze Perrella	14/09/2015
PLS 46/2015	Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre o ingresso de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio.	Cássio Cunha Lima	14/09/2015
PLS 508/2015	Altera a Lei nº 11.314, de 3 de julho de 2006, que dispõe sobre o prazo referente ao apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, prevista na Medida Provisória nº 82, de 7 de dezembro de 2002.	José Serra	14/09/2015
PLS 214/2010	Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.	Paulo Paim	17/09/2015
PLS 502/2011	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	Paulo Paim	17/09/2015
PLS 249/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para estabelecer carga horária mínima de educação física do ensino fundamental e médio.	Eduardo Amorim	17/09/2015
PLS 270/2014	Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).	Odacir Soares	17/09/2015
PLS 540/2011	Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.	Eduardo Amorim	21/09/2015
PLS 242/2014	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00.	Ana Rita	21/09/2015
PLS 48/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal.	Ana Amélia	21/09/2015
PLS 403/2015	Confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico	Alvaro Dias	21/09/2015
PLS 606/2011	Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.	Romero Jucá	28/09/2015

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 34**2. Ao arquivo. Total: 18****Rejeitada por Comissão em decisão terminativa (art. 91, § 5º, do RISF). Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 524/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de as instituições financeiras prestarem as informações que especifica aos seus clientes.	Alfredo Nascimento	08/09/2015
PLS 95/2013	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação.	Vital do Rêgo	21/09/2015
PLS 421/2011	Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário.	Eduardo Amorim	28/09/2015
PLS 92/2012	Acrescenta o § 8º ao art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispensar os Microempreendedores Individuais (MEI), as microempresas e empresas de pequeno porte do depósito recursal para a interposição de agravo de instrumento na Justiça do Trabalho.	Eduardo Amorim	28/09/2015
PLS 351/2012	Esta Lei acrescenta o artigo 879-A ao texto da Lei nº. 5.452, de 1º de maio de 1943, que institui a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e revoga o art. 39 da Lei 8.177, de 01 de março de 1991.	Lindbergh Farias	28/09/2015
PLS 437/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos ou de cobrança.	Pedro Taques	28/09/2015

Rejeitada por Comissão em decisão não terminativa (art. 254 do RISF). Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 376/2013	Altera a Relação Descritiva das Rodovias do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, para inclusão de novo trecho.	Lúcia Vânia	02/09/2015
PLS 389/2013	Federaliza os trechos das rodovias RO-472, MT-313 e MT-208 compreendidos entre as localidades de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, e Rondonlândia, no Estado do Mato Grosso.	Acir Gurgacz	02/09/2015
PLS 423/2013	Federaliza trechos das rodovias RO-387 e MT420 compreendidos entre as localidades de Pimenta Bueno (RO) e Aripuanã (MT).	Acir Gurgacz	02/09/2015

Matéria: Projeto de Lei do Senado. Total: 34**2. Ao arquivo. Total: 18****Prejudicada. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 440/2015	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, para disciplinar o acesso dos partidos políticos ao rádio e à televisão.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015
PLS 442/2015	Altera o art. 224 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 - Código Eleitoral, para prever a realização de novas eleições em caso de indeferimento do registro, cassação do diploma ou perda do mandato de candidato eleito no pleito majoritário.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015
PLS 464/2015	Altera a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para estabelecer o calendário para a escolha dos candidatos e da campanha eleitoral, o limite dos gastos com pessoal, reduzir para trinta dias o período de propaganda eleitoral pelo rádio e pela televisão e para trinta minutos a duração dos programas diários de rádio e televisão, com a participação somente de candidatos, ampliar para quarenta minutos as inserções de propaganda no rádio e na televisão e incluir restrições à propaganda eleitoral em geral.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015
PLS 474/2015 Complementar	Altera o art. 257 da Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que institui o Código Eleitoral, para conferir efeito suspensivo ao recurso interposto contra sentença que declarar a cassação do diploma de prefeito, vice-prefeito e vereador.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015
PLS 481/2015	Altera o § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para modificar o critério de cálculo do tempo de propaganda eleitoral no rádio e na televisão, em caso de eleição majoritária.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015
PLS 482/2015	Altera a Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995 (Lei dos Partidos Políticos) e a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para disciplinar a contratação de pessoas pelos partidos políticos e pelas campanhas eleitorais.	Comissão da Reforma Política do Senado Federal	03/09/2015

Retirada pelo autor. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PLS 556/2015	Incentiva a contratação de trabalhadores entre 16 e 21 anos, mediante a redução temporária do valor das contribuições para o sistema S, para o salário educação e para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).	Marta Suplicy	03/09/2015
PLS 579/2015	Altera a Lei nº 8.036, de 1990, que dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e dá outras providências, para permitir a utilização do FGTS para pagamento de mensalidade escolar do ensino superior do trabalhador, de seu cônjuge e de seus dependentes.	Simone Tebet	08/09/2015
PLS 598/2015	Acrescenta art. 5º-A à Lei nº 5.889, de 8 de junho de 1973, para limitar a jornada de trabalho dos empregados rurais, a quarenta horas semanais, e dá outras providências.	José Medeiros	22/09/2015

Matéria: Emenda(s) da Câmara Dos Deputados Ao Projeto de Lei do Senado. Total: 1**1. À sanção. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
ECD 7/2015	Emendas da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei Complementar nº 124 de 2015, do Senado Federal (PLS Nº 274/2015 na Casa de origem), que dispõe sobre a aposentadoria compulsória por idade, com proventos proporcionais, nos termos do inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal.	Câmara dos Deputados	29/09/2015

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 16**1. À promulgação. Total: 16****Aprovada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 210/2015	Aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique, assinado em Brasília, em 17 de junho de 2010.	Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional	17/09/2015
PDS 339/2015	Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Saúpe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.	Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul	17/09/2015

Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 96/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIROZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 145/2014	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 153/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 154/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 185/2014	Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo. Total: 16**1. À promulgação. Total: 16****Aprovada por Comissão em decisão terminativa. Total: 14**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PDS 106/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 195/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 200/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 201/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 203/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ATRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 221/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 244/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 300/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015
PDS 329/2015	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática	25/09/2015

Matéria: Mensagem (SF). Total: 11

Aprovada pelo Plenário. Total: 11

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
MSF 61/2015	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Ari Pargendler.	Presidente da República	02/09/2015
MSF 77/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.	Presidente da República	08/09/2015
MSF 40/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.	Presidente da República	09/09/2015
MSF 65/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	15/09/2015
MSF 66/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	15/09/2015
MSF 67/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Presidente da República	15/09/2015
MSF 60/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha.	Presidente da República	16/09/2015
MSF 68/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.	Presidente da República	16/09/2015
MSF 49/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.	Presidente da República	22/09/2015
MSF 52/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.	Presidente da República	22/09/2015
MSF 69/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTÁVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.	Presidente da República	30/09/2015

Matéria: Ofício (SF). Total: 3**Aprovada pelo Plenário. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
OFS 75/2015	Encaminha, a indicação do Supremo Tribunal Federal do Desembargador CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN para compor o Conselho Nacional de Justiça, no Biênio 2015/2017, conforme disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal.	Supremo Tribunal Federal	22/09/2015
OFS 76/2015	Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, lotado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, escolhido pelo Plenário do STF, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público	Supremo Tribunal Federal	22/09/2015
OFS 77/2015	Comunica, conforme o disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação, para compor o Conselho Nacional de Justiça, do nome do Juiz de Direito BRUNO RONCHETTI DE CASTRO, lotado no Tribunal de Justiça de São Paulo.	Supremo Tribunal Federal	22/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129**Aprovada pelo Plenário. Total: 72**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 981/2015	Requer realização de auditoria na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) pelo Tribunal de Contas da União (TCU).	Ronaldo Caiado	01/09/2015
RQS 991/2015	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa para representar o Senado Federal nas atividades do XIV Congresso Mundial da Área Florestal - As florestas e as pessoas: investir num futuro sustentável. Comunica, ainda, nos termos do art. 39 do Regimento Interno, que estará ausente do País no período informado.	Jorge Viana	01/09/2015
RQS 1007/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 49, da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 1º, do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1008/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 51, da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 1º, do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1009/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 45-A, da Lei nº 9.096, de 1995, constante do art. 2º, do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1010/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 49, da Lei nº 9.096, de 1995, constante do art. 2º, do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1011/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II do RISF, destaque para votação em separado do art. 46 da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 1º do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1012/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II do RISF, destaque para votação em separado do art. 47 da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 1º do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1013/2015	Requer, nos termos dos arts. 312, 313 e 314 do RISF, destaque para votação em separado do inciso I, § 2º, Art. 47, do substitutivo aprovado na Comissão Especial ao PLC Nº 75, DE 2015.	José Agripino	02/09/2015
RQS 1014/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do RISF, destaque para votação em separado do art. 48, da Lei nº 9.504, de 1997, constante do art. 1º, do substitutivo à proposição.	Lindbergh Farias	02/09/2015
RQS 1015/2015	Requer, nos termos do art. 312, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado do inciso II do art. 22-A da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, na forma do art. 2º do substitutivo da Comissão Especial de Reforma Política ao PLC nº 75, de 2015.	Eunício Oliveira	02/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129**Aprovada pelo Plenário. Total: 72**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1016/2015	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado para que suprima-se o art. 49 da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, alterado pelo art. 2º do substitutivo da Comissão Especial de Reforma Política ao PLC nº 75, de 2015, mantendo o texto original do PLC.	Vanessa Grazziotin	02/09/2015
RQS 1017/2015	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado para que suprima-se as mudanças ao inciso I do § 2º do art. 47 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, feitas no art. 1º do substitutivo da Comissão Especial de Reforma Política ao PLC nº 75, de 2015, mantendo o texto original da Lei.	Vanessa Grazziotin	02/09/2015
RQS 1018/2015	Requer, nos termos do Regimento Interno do Senado Federal, destaque para votação em separado para que suprima-se o § 3º do art. 39 da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, inseridos nos termos do art. 1º do substitutivo ao PLC nº 75, de 2015.	Vanessa Grazziotin	02/09/2015
RQS 1019/2015	Requer, nos termos regimentais, votação em globo dos requerimentos destacados ao Substitutivo do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2015.	Romero Jucá	02/09/2015
RQS 1020/2015	Requer, nos termos do inciso II, do art. 336, do RISF, urgência para o PDS nº 43, de 2015.	Cássio Cunha Lima	02/09/2015
RQS 849/2015	Requerem, nos termos do art. 154, inciso III, e art. 199, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial a ser realizada no dia 23 de outubro de 2015, sexta-feira, destinada a homenagear os 120 anos do Jornal "Correio do Povo", fundado em 1º de outubro de 1985.	Lasier Martins	03/09/2015
RQS 995/2015	Requer, nos termos do art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa no período de 14 a 17 de setembro de 2015, para atender delegação de Vossa Excelência, para representar o Senado Federal, na Reunião do Conselho e nos eventos comemorativos do 20º Encontro do IDEA, e do dia Internacional da Democracia, a realizar-se em Estocolmo, na Suécia. E, comunica que estará ausente do país no período de 12 a 20 de setembro de 2015. (nos termos do artigo 39 do Regimento Interno do Senado Federal).	Aloysio Nunes Ferreira	03/09/2015
RQS 996/2015	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa, no período de 20 a 22 de setembro de 2015, quando participará de reuniões do Parlamento do Mercosul na cidade de Montevideu, no Uruguai; comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no mesmo período.	Antonio Carlos Valadares	03/09/2015
RQS 999/2015	Requer, nos termos do art. 13 e 40, § 1º, I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c. art. 14 § 2º da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa para participar das Reuniões da Mesa Diretora e de Comissões Permanentes, assim como da XXXIV Sessão Ordinária, na cidade de Montevideu, Uruguai. Comunica, em cumprimento ao art. 39, I, do Regimento Interno, que estará ausente do País entre os dias 17 e 22 de setembro de 2015.	Roberto Requião	03/09/2015
RQS 1003/2015	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa em 21 de setembro de 2015, para participar, na condição de membro da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, das atividades do Ciclo de Debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, a ser realizado na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.	Jorge Viana	03/09/2015
RQS 1005/2015	Requer, nos termos do art. 40 § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, por indicação da Presidência, para participar, como membro da delegação que representará o Senado Federal, nas sessões do Parlamento do Mercosul, de 20 a 22 de setembro do corrente ano.	Lídice da Mata	03/09/2015
RQS 1021/2015	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar missão no exterior, com ônus para esta Casa e por indicação desta Presidência, para participar de visita oficial ao Parlamento Italiano.	Zeze Perrella	03/09/2015
RQS 1024/2015	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e para fins do disposto no inciso I do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se dos trabalhos da Casa no período de 20 a 22 de setembro próximo, em virtude de viagem oficial para reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, Uruguai. Comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do RISF, que estará ausente do país no mesmo período.	Acir Gurgacz	03/09/2015
RQS 1025/2015	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 23 e 24 de setembro de 2015, para participar de Reuniões do Parlatino, no México, entre os dias 23 e 27 de setembro de 2015; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período citado.	Hélio José	08/09/2015
RQS 1030/2015	Requer, nos termos do art. 352, parágrafo único, inciso I, RISF, a extinção da urgência concedida ao PDS 43/2015.	Líderes Partidários	08/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 878/2015	Requerem, nos termos do art. 199 do Regimento Interno do Senado Federal, Sessão Especial do Senado Federal, a realizar-se no dia 5 de novembro de 2015, às 11 horas, destinada a homenagear os 120 anos da assinatura oficial das relações diplomáticas entre o Brasil e o Japão.	Hélio José	09/09/2015
RQS 1047/2015	Requer, nos termos do inciso II do art. 336, RISF, urgência para o PLC 127/2015.	Líderes Partidários	10/09/2015
RQS 1048/2015	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, RISF, urgência para o PLS 555/2015.	Líderes Partidários	10/09/2015
RQS 1049/2015	Requer, nos termos do art. 13, combinado com o art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, seja considerada como missão política de interesse parlamentar, ausência de S.Exa. dos trabalhos da Casa no dia 21 de setembro de 2015, com ônus para o Senado Federal, quando estará em São Paulo, participando de Ciclo de Debates sobre a situação atual da Indústria de Defesa brasileira da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.	Ana Amélia	10/09/2015
RQS 1065/2015	Requer, nos termos regimentais, a extinção da urgência ao PLS 298/2015.	Líderes Partidários	15/09/2015
RQS 976/2015	Requer, nos termos dos art. 74 e 75 do Regimento Interno do Senado Federal, a constituição de Comissão Externa do Senado Federal, com a finalidade de acompanhar o Programa Minha Casa Minha Vida.	Roberto Rocha	16/09/2015
RQS 1052/2015	Requer, nos termos do disposto no art. 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar, no próximo dia 15 de setembro de 2015, da abertura do 13º Encontro Nacional de Tecnologia e Negócios - Rio Info 2015 e da Reunião do Conselho Softex, na cidade do Rio de Janeiro.	Walter Pinheiro	16/09/2015
RQS 1053/2015	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para participar de missão no exterior como membro da Representação Brasileira no Mercosul, em Montevideu, Uruguai, nos dias 21 e 22 de setembro do corrente. Nos termos do art. 39, I, do mesmo Regimento, comunica ausência do país no período de 19 a 22 de setembro.	Humberto Costa	16/09/2015
RQS 1054/2015	Requer, nos termos dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no dia 21 de setembro de 2015, para participar do Ciclo de Debates sobre a situação atual da Indústria de Defesa Brasileira, que ocorrerá na cidade de São Paulo/SP, na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo - FIESP.	Ricardo Ferraço	16/09/2015
RQS 1055/2015	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e dos arts. 13 e 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior a fim de participar do Fórum Euroasiático de Mulheres, em São Petersburgo, Rússia, no período de 23 a 27 de setembro de 2015; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período indicado.	Fátima Bezerra	16/09/2015
RQS 1060/2015	Requer, nos termos do art. 13 do Regimento Interno do Senado Federal, c/c art. 14, § 2º, da Resolução nº 1, de 2011-CN, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 21 e 22 de setembro de 2015, para participar de reunião do Parlamento do Mercosul, em Montevideu, no Uruguai; e comunica, nos termos do art. 39 do referido Regimento, que estará ausente do País nesse período.	Lindbergh Farias	16/09/2015
RQS 1063/2015	Requer, nos termos do art. 199, do RISF, a realização de Sessão Especial do Senado Federal, no dia 2 de dezembro de 2015, destinada à entrega da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara, em sua 6ª premiação, conforme dispõe a Resolução nº 14, de 2010, atualizada pela Resolução nº 08 de 2015.	Marcelo Crivella	16/09/2015
RQS 1071/2015	Requer, nos termos regimentais, preferência para votação do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2014.	Walter Pinheiro	16/09/2015
RQS 714/2015	Requer, nos termos do inciso IV, do art. 71, da Constituição Federal, bem como nos termos regimentais, que o presente requerimento seja encaminhado ao Tribunal de Contas da União - TCU, para realização de auditoria nas contas dos recursos arrecadados pelo Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM, período compreendido entre os anos de 2005 e 2014.	Alvaro Dias	17/09/2015
RQS 873/2015	Requer, nos termos regimentais, o apensamento do Projeto de Lei do Senado nº 447, de 2011, do Projeto de Lei do Senado nº 87, de 2010 e do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, por tratarem de matéria correlata.	Romero Jucá	17/09/2015
RQS 881/2015	Requer, nos termos do art. 258, RISF, a tramitação em conjunto dos PLS 87/2010 e PLC 30/2015.	Paulo Bauer	17/09/2015
RQS 972/2015	Requer a revisão do despacho inicial da Mesa sobre o PLC nº 93, de 2015, para que a proposição seja redistribuída para apreciação, também, da Comissão de Assuntos Econômicos - CAE.	Davi Alcolumbre	17/09/2015
RQS 973/2015	Requer a oitiva da CCJ sobre o PLS 142/2014.	Davi Alcolumbre	17/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129

Aprovada pelo Plenário. Total: 72

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 989/2015	Requer, nos termos regimentais, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 258, de 2015, seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da Comissão constante do despacho inicial.	Delcídio do Amaral	17/09/2015
RQS 990/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12 do Regimento Interno, que sobre o Projeto de Lei do Senado Nº 204, de 2014 seja ouvida também a Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	Cristovam Buarque	17/09/2015
RQS 1034/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 251, de 2014, com o Projeto de Lei do Senado nº 438 de 2012, por regularem sobre a mesma matéria.	Romário	17/09/2015
RQS 1037/2015	Requer, a revisão do despacho inicial da Mesa sobre o PLS nº 447, de 2015, para que a proposição seja redistribuída para apreciação, também, pela Comissão de Assuntos Econômicos.	Davi Alcolumbre	17/09/2015
RQS 1051/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do PLC 104/2015 com o PLS 483/2011.	Romário	17/09/2015
RQS 1062/2015	Requer, nos termos do art. 13 e § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º da Resolução nº 01, de 2011-CN, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça. Comunica ainda a ausência do país no referido período.	Lindbergh Farias	17/09/2015
RQS 1072/2015	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença para ausentar-se do País, no período de 20 a 22 de setembro de 2015, para participar, no dia 21 de setembro de 2015, da XXXIV Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, na cidade de Montevidéu, Uruguai.	Dário Berger	17/09/2015
RQS 1076/2015	Adita o Requerimento nº 1055, de 2015, para informar que a ausência do País ocorrerá a partir do dia 22 de setembro de 2015, mantidas as demais informações contidas no referido Requerimento.	Fátima Bezerra	17/09/2015
RQS 1070/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 399, de 2014; 2, de 2015 e 330, de 2015, por versarem sobre a mesma matéria.	Vicentinho Alves	22/09/2015
RQS 627/2015	Requer, nos termos do art. 255, II "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 382/2011 seja ouvida a Comissão de Assuntos Econômicos, além do constante no despacho inicial.	Douglas Cintra	24/09/2015
RQS 761/2015	Requer, com base no art. 255, II, c, 12 do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, seja submetido à oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, além da constante no despacho inicial.	Humberto Costa	24/09/2015
RQS 762/2015	Requer, com base no art. 255, II, c, 12 do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 75, de 2014, seja submetido à oitiva da Comissão de Assuntos Econômicos, além da constante no despacho inicial.	Humberto Costa	24/09/2015
RQS 842/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do PLS 17/2012 (apensado ao PLS 14/2012) com o PLS 17/2015.	Humberto Costa	24/09/2015
RQS 870/2015	Requer, com fundamento do art. 255, inciso II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que o Projeto de Lei do Senado nº 1, de 2008, seja apreciado pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Telmário Mota	24/09/2015
RQS 923/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, alínea c, item 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o Projeto de Lei do Senado nº 292, de 2014, seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.	Ana Amélia	24/09/2015
RQS 1073/2015	Requer, nos termos regimentais, que o Projeto de Lei do Senado nº 155, de 2013 seja apreciado pela Comissão de Assuntos Econômicos, além da comissão constante do despacho inicial.	Delcídio do Amaral	24/09/2015
RQS 1091/2015	Requer, nos termos do art. 255, II alínea c, item 12, RISF, que sobre o PLS 387/2014 seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.	Hélio José	24/09/2015
RQS 1096/2015	Requer que o Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2015, seja examinado exclusivamente pela Comissão Especial criada pelo Requerimento nº 935, de 2015, destinada a propor soluções que promovam o desenvolvimento Nacional (Agenda Brasil)	Paulo Paim	24/09/2015
RQS 1097/2015	Requer, com fundamento nos incisos IV e VII do art. 71 da Constituição, que o Tribunal de Contas da União realize inspeção sobre o exato cumprimento da Emenda Constitucional nº 79, de 2014.	Randolfe Rodrigues	29/09/2015
RQS 1099/2015	Requer, nos termos do art. 255, inciso II, alínea "c", item 12, do RISF, que o Projeto de Lei da Câmara nº 133, de 2015 seja distribuído também à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Paulo Paim	29/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129**Aprovada pelo Plenário. Total: 72**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1102/2015	Requer, nos termos do disposto no art.40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar como palestrante, do evento "Energia Solar Fotovoltaica no Brasil", que será realizado pelo Ministério de Economia e Energia da Alemanha, em parceria com a Energie-Wächter, no dia 9 de outubro de 2015, em Stuttgart-Alemanha, e acompanhando o Governador do Estado da Bahia, nos dias 8 e 10 a 12 de outubro de 2015. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, RISF, que estará ausente do País no período de 08 a 12 de outubro de 2015.	Walter Pinheiro	29/09/2015
RQS 1103/2015	Requer, nos termos do art. 55, III, da Constituição Federal e arts. 13 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, licença para desempenhar missão no exterior, com ônus para o senado Federal, em Madrid na Espanha, no período de 13/11/2015 a 14/11/2015, a fim de participar da 40ª Conferência Internacional de Solidaridad y Apoyo con el Pueblo Saharaui - EUCOCO. Comunica, ainda, nos termos do art. 39, I, Regimento Interno do Senado Federal, que estará ausente do País no período de 10/11/2015 a 16/11/2015.	João Capiberibe	29/09/2015
RQS 1113/2015	Requer, nos termos do art. 336, inciso II, RISF, urgência para o PLC 143/2015.	Líderes Partidários	29/09/2015
RQS 1114/2015	Nos termos do art. 336, inciso II, do Regimento Interno, requerem urgência para o ECD nº 7, de 2015 (PLS nº 274, de 2015 - Complementar).	Líderes Partidários	29/09/2015
RQS 1118/2015	Requer, nos termos do art. 40, § 1º, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, nos dias 17 a 21 de outubro de 2015, para integrar a delegação brasileira como representante do Senado Federal na 133ª Assembleia da União Interparlamentar, a realizar-se em Genebra, Suíça; e comunica, nos termos do art. 39, inciso I, do referido Regimento, sua ausência do País no período indicado.	Sérgio Petecão	30/09/2015
RQS 1122/2015	Requerem, nos termos do art. 199, do RISF, a realização de Sessão Especial, no dia 29 de outubro de 2015, às 11 hs, destinada à entrega do Prêmio Jornalista Roberto Marinho de Mérito Jornalístico.	Cristovam Buarque	30/09/2015
RQS 1123/2015	Requer, nos termos do art. 40 do Regimento Interno do Senado Federal, licença dos trabalhos da Casa, no período de 18 a 21 de outubro de 2015, para integrar a delegação brasileira como representante do Senado Federal na 133ª Assembleia da União Interparlamentar, em Genebra, Suíça; e comunica, nos termos do art. 39, I, do referido Regimento, que estará ausente do País no período de 18 a 27 de outubro de 2015.	Ciro Nogueira	30/09/2015
RQS 1126/2015	Requer, com base no art. 412 do Regimento Interno do Senado Federal, que a PEC 107/2015 tramite em calendário especial.	Líderes Partidários	30/09/2015

Aprovada pela Mesa. Total: 6

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 974/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nº 308 e 485, de 2015.	Humberto Costa	23/09/2015
RQS 992/2015	Requer, nos termos do art. 253 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação em conjunto do Projeto de Lei do Senado nº 581, de 2007 com o Projeto de Lei do Senado nº 466, de 2009 por versarem sobre matérias correlatas.	Wellington Fagundes	23/09/2015
RQS 1035/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 118, de 2015, com o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2015, por regularem sobre a mesma matéria.	Romário	23/09/2015
RQS 1036/2015	Requer, nos termos do art. 258 do RISF, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 564, de 2015, com o Projeto de Lei do Senado nº 316, de 2011, por regularem a mesma matéria.	Romário	23/09/2015
RQS 1056/2015	Requer, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 519, de 2015 com o Projeto de Lei do Senado nº 463, de 2015, por versarem sobre matérias análogas.	José Pimentel	23/09/2015
RQS 1058/2015	Requer, nos termos dos arts. 258 e 260, II, b, do RISF, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 317 e 383, de 2014, por tratarem da mesma matéria.	Reguffe	23/09/2015

Deferida pela Mesa. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 799/2015	Requer informações ao senhor Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, sobre o projeto de construção da ferrovia bioceânica Peru-Brasil.	Jorge Viana	23/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129

Deferida pela Mesa. Total: 13

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 874/2015	Requer, com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos arts. 215, inciso I, e 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Justiça, informações referentes ao Departamento de Polícia Federal (DPF).	Omar Aziz	23/09/2015
RQS 895/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam solicitadas ao Ministro de Estado da Educação, informações sobre o Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIBID).	Comissão de Educação, Cultura e Esporte	23/09/2015
RQS 904/2015	Requer, nos termos do § 2º do art. 50 da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas pelo Exmo. Senhor Ministro de Estado de Minas e Energia informações acerca de leilão envolvendo sistema de transmissão da energia a ser gerada pela usina de Belo Monte.	Aloysio Nunes Ferreira	23/09/2015
RQS 905/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, à Senhora Ministra de Estado do Meio Ambiente, todos os documento relativos à criação do Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque.	Davi Alcolumbre	23/09/2015
RQS 906/2015	Requer, nos termos do art. 50, §2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 215, I, a; 216, I, e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, seja o presente requerimento enviado ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, para que providencie informações acerca de patrocínios oferecidos pelo Banco do Brasil.	Davi Alcolumbre	23/09/2015
RQS 910/2015	Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal combinado com o art. 50 § 2º da Constituição Federal, a solicitação de informações à Ministra do Meio Ambiente, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política pública aprovada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, sobre o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	23/09/2015
RQS 911/2015	Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado como o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro das Cidades, com o objetivo de subsidiar a avaliação da política aprovada por esta Comissão, Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	23/09/2015
RQS 912/2015	Requer, nos termo do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Defesa acerca do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	23/09/2015
RQS 913/2015	Requer, nos termos do art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 50, § 2º da Constituição Federal, a solicitação de informações ao Ministro da Integração Nacional, com o objetivo de subsidiar a avaliação do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF), nos termos que especifica.	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	23/09/2015
RQS 914/2015	Requer, nos termos do art. 216, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, c/c o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, informações ao Ministro de Estado do Planejamento acerca do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF).	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	23/09/2015
RQS 916/2015	Requer, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, informações ao Ministro da Saúde sobre o alcance do contingenciamento realizado pelo Poder Executivo no orçamento daquele Ministério.	Ronaldo Caiado	23/09/2015
RQS 925/2015	Requer, na forma do disposto no art. 50 § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam solicitadas ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Fazenda, informações referentes às dívidas dos Estados e dos Municípios junto à União.	Fernando Bezerra Coelho	23/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129
Deferida pela Presidência (art. 215, inc. II, e art. 256, § 2, inc. I, do RISF). Total: 4

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1023/2015	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do PLS 556/2015.	Marta Suplicy	03/09/2015
RQS 1033/2015	Requer, nos termos do art. 256 do RISF, a retirada, em caráter definitivo, do PLS 579, de 2015.	Simone Tebet	08/09/2015
RQS 1092/2015	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada do Projeto de Lei do Senado nº 598, de 2015.	José Medeiros	22/09/2015
RQS 1116/2015	Requer, nos termos do art. 256, inciso I, do RISF, a retirada de emenda apresentado ao PLC 50/2014.	Romero Jucá	29/09/2015

Encaminhada pela Presidência. Total: 23

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 997/2015	Requer, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplausos, pelos 43 anos de Fundação da Rede Amazônica de Televisão, bem como seja encaminhado o referido voto ao senhor Phelippe Daou - Diretor-Presidente da Fundação Rede Amazônica.	Vanessa Grazziotin	01/09/2015
RQS 1000/2015	Requer, nos termos do artigo 218 e do art. 221 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Pesar pelo falecimento do General de divisão JOSÉ LUIZ JABORANDY JUNIOR, ocorrido no último dia 30 de agosto.	Vanessa Grazziotin	01/09/2015
RQS 1002/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso à rede Amazônica de Rádio e Televisão pelo transcurso do 43º aniversário de criação.	Omar Aziz	01/09/2015
RQS 1006/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos pelo transcurso dos 19 anos da Sociedade dos Cegos do Rio Grande do Norte - SOCERN.	José Agripino	02/09/2015
RQS 1026/2015	Requer VOTO DE PESAR pelo falecimento do Senhor Manoel Henrique Pereira (Sr. Nonô) ocorrido nesta terça-feira, 08 de setembro de 2015, em Ponta Grossa.	Alvaro Dias	08/09/2015
RQS 1027/2015	Requer VOTO DE APLAUSO ao Jornal Amazonas em Tempo, por ocasião do transcurso, em 06 de setembro de 2015, de seu 28º aniversário de criação.	Omar Aziz	08/09/2015
RQS 1028/2015	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no dia 4 de setembro de 2015, do Sr. Aloísio Fernandes Bonavides, professor do ensino superior, advogado, jornalista, escritor e Secretário de Estado do Governo e Administração do Ceará.	Eunício Oliveira	08/09/2015
RQS 1029/2015	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do economista, militar e político paraense Alacid da Silva Nunes.	Flexa Ribeiro	08/09/2015
RQS 1041/2015	Requer, com fundamento no art. 14, inciso IX, combinado com o art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, o envio de Voto de Aplauso à Marinha do Brasil pelo resgate de 220 refugiados no Mar Mediterrâneo.	Telmário Mota	09/09/2015
RQS 1042/2015	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos anais do Senado voto de pesar pelo falecimento do jornalista Frank Siqueira, ocorrido no dia 7 de setembro de 2015.	Flexa Ribeiro	09/09/2015
RQS 1043/2015	Requer, com base no art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de aplauso pelo Dia do Administrador, comemorado em 9 de setembro, e pelos 50 anos de regulamentação da profissão.	Paulo Bauer	09/09/2015
RQS 1046/2015	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, seja consignado nos Anais do Senado Federal voto de pesar pelo falecimento da ex-primeira dama do Amazonas Sra. Tarcila Prado de Negreiro Mendes, esposa do ex-governador Amazonino Mendes, ocorrido no dia 9 de setembro de 2015, em São Paulo.	Omar Aziz	10/09/2015
RQS 1050/2015	Requer, nos termos dos art. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, inserção de Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor José Hermes Damaso.	Donizeti Nogueira	10/09/2015
RQS 1057/2015	Requer, nos termos do art. 218, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 13 de setembro do corrente ano, do Senhor Eggon João da Silva, um dos fundadores da cidade de Jaraguá do Sul, no Estado de Santa Catarina.	Paulo Bauer	15/09/2015
RQS 1066/2015	Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Dário Martinelli, conhecido como o "pai do café Conilon", ocorrido no dia 3 de setembro de 2015.	Ricardo Ferraço	15/09/2015
RQS 1069/2015	Requer, nos termos dos arts. 215 e 218 do Regimento Interno do Senado Federal, homenagem de pesar pelo falecimento do senhor CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS LIMA, muito conhecido como Carlinhos Freire, proprietário do Supermercado Freire e importante empreendedor no Estado de Roraima.	Romero Jucá	16/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129**Encaminhada pela Presidência. Total: 23**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1075/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, sejam apresentadas congratulações ao Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto de Lima e ao Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe, Conselheiro Carlos Pinna de Assis, pelas comemorações do Centenário de Lourival Baptista.	Antonio Carlos Valadares	17/09/2015
RQS 1090/2015	Requer, com base no art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, que seja oficiado ao Conselho Nacional de Contabilidade, voto de aplauso, pelo dia do Contador, comemorado neste dia 22 de setembro.	Paulo Bauer	22/09/2015
RQS 1093/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de Voto de Congratulações e Aplausos ao Sr. Renan Thiago Alencar "Macaxeira", Presidente da União da Juventude Socialista - UJS, pelos 31 anos de fundação da entidade, ocorrido no dia 22 de setembro.	Vanessa Grazziotin	23/09/2015
RQS 1094/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de congratulações e aplauso ao Sr. Eymar Gondim Pereira, pela outorga do título de cidadão de Manaus, concedido pela Câmara Municipal.	Vanessa Grazziotin	23/09/2015
RQS 1098/2015	Requer, nos termos dos arts. 218 e 221 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento dos militares Major Milton Carnaúba, Capitão Mário Henrique de Oliveira Assunção, Soldado Marcos de Moura Pereira e Soldado Diogo de Melo Gonzaga, que perderam suas vidas no exercício das suas atividades profissionais em defesa da segurança pública do Estado de Alagoas, na manhã do dia 23 de setembro de 2015.	Renan Calheiros	24/09/2015
RQS 1101/2015	Requer, nos termos do artigo 218 e do artigo 221, Regimento Interno do Senado Federal, a inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Senhor Dr. Amim Abdon Said, ocorrido no último dia 22 de setembro, na cidade de Manaus/AM.	Vanessa Grazziotin	28/09/2015
RQS 1119/2015	Requer, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento de voto de censura e repúdio ao governo e ao Poder Judiciário venezuelanos pela violação à cláusula democrática contida no Protocolo de Ushuaia sobre Compromisso Democrático no Mercosul, em função da condenação do Senhor Leopoldo López, opositor ao regime do Presidente Nicolás Maduro, à pena de treze anos, nove meses e sete dias de reclusão por haver participado de manifestações contra o governo entre fevereiro e maio de 2014.	José Medeiros	29/09/2015

Publicada. Total: 1

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1045/2015	Requer, nos termos regimentais, voto de pesar pelo falecimento da ex-primeira dama do Amazonas Sra. Tarcila Negreiros Mendes, esposa do ex-governador Amazonino Mendes.	Sandra Braga	09/09/2015

À publicação para que produza efeitos. Total: 3

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1022/2015	Em aditamento ao Requerimento nº 407, de 2015, que criou a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar as denúncias de que julgamentos realizados no CARF - Conselho Administrativo de Recursos Fiscais forma manipulados, requer que seja prorrogado seu prazo de funcionamento até o dia 18 de dezembro de 2015.	Ataídes Oliveira	03/09/2015
RQS 1031/2015	Requer, nos termos do art. 76, § 1, c/c art. 152, do RISF, a prorrogação por mais 180 (cento e oitenta) dias, a contar do término efetivo dos trabalhos, do prazo de duração da Comissão Parlamentar de Inquérito do HSBC, criada nos termos do Requerimento nº 94, de 2015.	Randolfe Rodrigues	08/09/2015
RQS 1032/2015	Requer, em aditamento ao Requerimento nº 93, de 2015, e nos termos do art. 58, § 3º, CF, c/c art. 152, RISF, a prorrogação do prazo, até o final da presente sessão legislativa, da CPI destinada a investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos procedimentos médicos de colocação de órteses e próteses no País.	Magno Malta	08/09/2015

Matéria: Requerimento. Total: 129**Rejeitada pelo Plenário. Total: 2**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 1064/2015	Requer, nos termos do art. 314, RISF, destaque para votação em separado da Emenda nº 111 apresentada à MPV 675/2015.	José Agripino	15/09/2015
RQS 1117/2015	Requer, nos termos do inciso II do art. 312, RISF, destaque para votação em separado da Emenda nº 21 oferecida à MPV 679/2015.	Randolfe Rodrigues	29/09/2015

Prejudicada. Total: 5

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQS 522/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, a oitiva da CCT sobre o PLC nº 30/2015.	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática	24/09/2015
RQS 523/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do RISF, a oitiva da CE sobre o PLC nº 30/2015.	Paulo Paim	24/09/2015
RQS 879/2015	Requer, nos termos do art. 255, II, c, 12, RISF, que sobre o PLS 87/2010 seja ouvida, também, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.	Paulo Paim	24/09/2015
RQS 880/2015	Requer, nos termos do art. 99, I, RISF, que sobre o PLS 87/2010 seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Econômicos.	Paulo Paim	24/09/2015
RQS 233/2014	Requer, nos termos do art. 258 do Regimento Interno do Senado Federal, a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 36, de 2014, com os Projetos de Lei do Senado nºs 281, 282 e 283, de 2012, que se encontram tramitando no âmbito da Comissão Temporária de Modernização do Código de Defesa do Consumidor, por versarem sobre a mesma matéria.	Aloysio Nunes Ferreira	30/09/2015

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 44

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Finalidade
RQM nº 441/2015	Roberto Rocha	Art. 43, I	01/08/2015 e 12/08/2015	Licença saúde.
RQM nº 442/2015	Sandra Braga	Art. 13	08/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 443/2015	Fernando Collor	Art. 13	01/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 444/2015	Zeze Perrella	Art. 13	01/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 445/2015	Dalírio Beber	Art. 13	De 01/09/2015 a 04/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 447/2015	Angela Portela	Art. 13	03/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 448/2015	Jader Barbalho	Art. 13	03/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 449/2015	Regina Sousa	Requerimento de retirada	27/08/2015	Requerimento de retirada.
RQM nº 450/2015	Eduardo Amorim	Art. 13	08/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 451/2015	Sérgio Petecão	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 452/2015	Blairo Maggi	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 453/2015	Ana Amélia	Art. 13	De 13/09/2015 a 16/09/2015	Atividade parlamentar. Integrar a Missão de Parlamentares de Inovação em Saúde, em Washington, Estados Unidos.
RQM nº 454/2015	Ricardo Ferraço	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 455/2015	Marta Suplicy	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 456/2015	Humberto Costa	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 457/2015	Garibaldi Alves Filho	Art. 43, I	De 01/09/2015 a 15/09/2015	Licença saúde.
RQM nº 458/2015	Lúcia Vânia	Art. 13	10/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 459/2015	Angela Portela	Art. 13	16/09/2015 e 17/09/2015	Atividade parlamentar. Senadora participará do Foro de Parlamentarios en favor de la Evaluación para el Desarrollo en América Latina, promovido pela ONU mulher, pela Unicef, e outras entidades, na Cidade do Panamá.
RQM nº 460/2015	Magno Malta	Art. 13	15/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 461/2015	Zeze Perrella	Art. 13	De 15/09/2015 a 17/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 462/2015	Cristovam Buarque	Art. 13	15/09/2015	Atividade parlamentar. Senador participará do Fórum Nacional "O Brasil que queremos", no Rio de Janeiro/RJ.
RQM nº 463/2015	Magno Malta	Art. 13	16/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 464/2015	Magno Malta	Art. 13	17/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 465/2015	Lídice da Mata	Art. 43, I	De 16/09/2015 a 18/09/2015	Licença saúde.
RQM nº 466/2015	Garibaldi Alves Filho	Art. 43, I	De 16/09/2015 a 30/09/2015	Licença saúde.
RQM nº 467/2015	Jader Barbalho	Art. 43, II	13/08/2015 e de 18/08/2015 a 20/08/2015	Licença Particular.
RQM nº 468/2015	Elmano Férrer	Art. 13	13/08/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 469/2015	Aécio Neves	Art. 13	22/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 470/2015	Marcelo Crivella	Art. 13	22/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 471/2015	Cristovam Buarque	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar. Participar do Programa de Extensão Universitária em Gestão Escolar, em Aracaju - SE.
RQM nº 472/2015	João Capiberibe	Art. 13	23/09/2015 e 24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 473/2015	Lúcia Vânia	Art. 43, I	22/09/2015	Licença saúde.
RQM nº 475/2015	José Maranhão	Art. 13	22/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 476/2015	Marta Suplicy	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 477/2015	Valdir Raupp	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 478/2015	Humberto Costa	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 479/2015	Gleisi Hoffmann	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 480/2015	Ronaldo Caiado	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 481/2015	Lídice da Mata	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.

Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 44

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Finalidade
RQM nº 482/2015	Fernando Collor	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 483/2015	Roberto Rocha	Art. 13	24/09/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 484/2015	Gladson Cameli	Art. 13	De 29/09/2015 a 01/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 485/2015	Aloysio Nunes Ferreira	Art. 13	De 08/10/2015 a 11/10/2015	Atividade parlamentar.
RQM nº 486/2015	Cristovam Buarque	Art. 13	De 06/10/2015 a 08/10/2015	Atividade parlamentar. Visita oficial e cultural a instituições da Turquia.

Requerimentos de Missão Sem Ônus. Total: 2

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Finalidade
RQM nº 446/2015	Gleisi Hoffmann	art. 40, § 1º	De 04/09/2015 a 10/09/2015	Visita Oficial à República Popular da China.
RQM nº 474/2015	Lídice da Mata	art. 40, § 1º	De 10/10/2015 a 16/10/2015	Segunda etapa do projeto "Best Practice in Parliament: the Brazilian and the British Experiences"

Requerimentos de Licença Aprovados em Plenário. Total: 16

Requerimento	Parlamentar	RISF	Período	Missão
RQS nº 995/2015	Aloysio Nunes Ferreira	art. 40, § 1º	De 14/09/2015 a 17/09/2015	Participar do 20º Encontro do "International Institute for Democracy and Electoral Assistance", em Estocolmo, Suécia.
RQS nº 996/2015	Antonio Carlos Valadares	art. 40, § 1º	De 20/09/2015 a 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 999/2015	Roberto Requião	art. 40, § 1º	21/09/2015 e 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.003/2015	Jorge Viana	art. 40, § 1º	21/09/2015	Participar, na condição de membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, do Ciclo de Debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, em São Paulo - SP.
RQS nº 1.005/2015	Lídice da Mata	art. 40, § 1º	De 20/09/2015 a 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.021/2015	Zeze Perrella	art. 40, § 1º	De 19/09/2015 a 28/09/2015	Representar o Senado Federal em Visita Oficial ao Parlamento Italiano.
RQS nº 1.024/2015	Acir Gurgacz	art. 40, § 1º	De 20/09/2015 a 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.025/2015	Hélio José	art. 40, § 1º	De 23/09/2015 a 27/09/2015	Participar das Reuniões de Comissões do Parlatino.
RQS nº 1.053/2015	Humberto Costa	art. 40, § 1º	21/09/2015 e 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.054/2015	Ricardo Ferraço	art. 40, § 1º	21/09/2015	Participar, na condição de membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, do Ciclo de Debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, em São Paulo - SP.
RQS nº 1.055/2015	Fátima Bezerra	art. 40, § 1º	De 23/09/2015 a 27/09/2015	Aditado. Participar do Fórum Euroasiático de Mulheres, organizado pelo Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia e a Assembleia Interparlamentar dos Países Membros da Comunidade dos Estados Independentes.
RQS nº 1.060/2015	Lindbergh Farias	art. 40, § 1º	21/09/2015 e 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.062/2015	Lindbergh Farias	art. 40, § 1º	De 28/09/2015 a 02/10/2015	Retirado. Participar de reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a se realizar em Genbra, Suíça.
RQS nº 1.072/2015	Dário Berger	art. 40, § 1º	De 20/09/2015 a 22/09/2015	Participar de Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, em Montevidéu, Uruguai.
RQS nº 1.076/2015	Fátima Bezerra	art. 40, § 1º	De 22/09/2015 a 27/09/2015	Participar do Fórum Euroasiático de Mulheres, organizado pelo Conselho da Federação da Assembleia Federal da Federação da Rússia e a Assembleia Interparlamentar dos Países Membros da Comunidade dos Estados Independentes.
RQS nº 1.049/	Ana Amélia	art. 40, § 1º	21/09/2015	Participar, na condição de membro titular da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal, do Ciclo de Debates sobre a situação atual da indústria de defesa brasileira, em São Paulo - SP.

B - SECRETARIA LEGISLATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 01 a 30/09/2015

Tipo da sessão	Quantidade
Conjunta	2
Solene	1
Total de sessões realizadas	3

Quadro Geral de Matérias 01 a 30/09/2015

	Aprovada pelo Plenário	Mantida	Prejudicada	Retirada pelo autor	Recebida	Total
PRN	1	0	3	0	0	4
VET	0	26	0	0	0	26
RQN	0	0	0	6	14	20
Total	1	26	3	6	14	50

Resenha Consolidada

Sessões Conjuntas do Congresso Nacional 01/01 a 30/09/2015

Tipo da sessão	Quantidade
Conjunta	9
Solene	12
Total de sessões realizadas	21

Quadro Geral de Matérias 02/02 a 30/09/2015

	Aprovada pelo Plenário	Mantida	Perda de eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso	Prejudicada	Retirada pelo autor	Recebida	Sem eficácia (art. 48, II e XI, do RISF)	Total
MPV	0	0	4	0	0	0	1	5
PLN	1	0	0	18	0	0	0	19
PRN	3	0	0	4	0	0	0	7
VET	0	35	0	13	0	0	0	48
RQN	1	0	0	7	6	24	0	38
PDN	0	0	0	1	0	0	0	1
Total	5	35	4	43	6	24	1	118

Matérias apreciadas pelo Congresso Nacional

01 a 30/09/2015

Matéria: Veto Presidencial. Total: 26

Mantida. Total: 26

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
VET 5/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 166, de 2010 (nº 8.046/2010, na Câmara dos Deputados), que institui o "Código de Processo Civil".	Presidente da República	22/09/2015
VET 6/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2015 (nº 23/2015, na Casa de origem), que "Altera as Leis nºs. 9.096, de 19 de setembro de 1995, e 9.504, de 30 de setembro de 1997, para dispor sobre fusão de partidos políticos".	Presidente da República	22/09/2015
VET 7/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 114, de 2013 (nº 4.846/2012, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, para incluir dispositivos sobre campanhas educativas".	Presidente da República	22/09/2015
VET 8/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 13, de 2014, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2015".	Presidente da República	22/09/2015
VET 9/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 293, de 2012 (nº 5.013/2013, na Câmara dos Deputados), que "Estabelece normas gerais para implantação e compartilhamento da infraestrutura de telecomunicações e altera as Leis nºs 9.472, de 16 de julho de 1997, 11.934, de 5 de maio de 2009, e 10.257, de 10 de julho de 2001".	Presidente da República	22/09/2015
VET 10/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2015 (MP nº660/2014), que "Altera Lei nº 12.800, de 23 de abril de 2013, que dispõe sobre as tabelas de salários, vencimentos, soldos e demais vantagens aplicáveis aos servidores civis, militares e aos empregados oriundos do ex-Território Federal de Rondônia integrantes do quadro em extinção de que trata o art. 85 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, e aos Anexos III e III-A da Lei nº 11.356, de 19 de outubro de 2006; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 11/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 2015 (nº 7.735/2014, na Casa de origem), que "Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, o Artigo 1, a alínea "j" do Artigo 8, a alínea "c" do Artigo 10, o Artigo 15 e os §§ 3º e 4º do Artigo 16 da Convenção sobre Diversidade Biológica, promulgada pelo Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998; dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, sobre a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado e sobre a repartição de benefícios para conservação e uso sustentável da biodiversidade; revoga a Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 12/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 2, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 661, de 2014), que "Autoriza a União a conceder crédito ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e a destinar superávit financeiro das fontes de recursos existentes no Tesouro Nacional à cobertura de despesas primárias obrigatórias e altera as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990".	Presidente da República	22/09/2015
VET 13/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 406, de 2013 (nº 7.108/2014, na Câmara dos Deputados - ECD nº 1/2015), que "Altera a Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996, e a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para ampliar o âmbito de aplicação da arbitragem e dispor sobre a escolha dos árbitros quando as partes recorrem a órgão arbitral, a interrupção da prescrição pela instituição da arbitragem, a concessão de tutelas cautelares e de urgência nos casos de arbitragem, a carta arbitral e a sentença arbitral, e revoga dispositivos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996".	Presidente da República	22/09/2015

Matéria: Veto Presidencial. Total: 26**Mantida. Total: 26**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
VET 14/2015	Veto parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 224, de 2013 - Complementar (nº 302/2013 - Complementar, na Câmara dos Deputados e SCD 5/2015), que "Dispõe sobre o contrato de trabalho doméstico; altera as Leis nº 8.212, de 24 de julho de 1991, nº 8.213, de 24 de julho de 1991, e nº 11.196, de 21 de novembro de 2005; revoga o inciso I do art. 3º da Lei nº 8.009, de 29 de março de 1990, o art. 36 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, a Lei nº 5.859, de 11 de dezembro de 1972, e o inciso VII do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro 1995; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 15/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 663, de 2014), que "Altera a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009".	Presidente da República	22/09/2015
VET 16/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 572, de 2011 (nº 4.263/2012, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta parágrafo único ao art. 55 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para obrigar as escolas de educação básica a identificar, no ato da matrícula, as pessoas autorizadas a ingressar no estabelecimento de ensino para cuidar de assuntos de interesse do aluno".	Presidente da República	22/09/2015
VET 17/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 322, de 2010 (nº 3.265/2012, na Câmara dos Deputados), que "Altera a Lei nº 6.533, de 24 de maio de 1978, para dispor sobre a regulamentação das profissões de DJ ou Profissional de Cabine de Som DJ (disc jockey) e Produtor DJ (disc jockey)".	Presidente da República	22/09/2015
VET 18/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 3, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 665, de 2014), que "Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego e o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre o seguro-desemprego para o pescador artesanal, e nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da Previdência Social; revoga dispositivos da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, e as Leis nº 7.859, de 25 de outubro de 1989, e nº 8.900, de 30 de junho de 1994; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 19/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 4, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 664, de 2014), que "Altera as Leis nº 8.213, de 24 de julho de 1991, nº 10.876, de 2 de junho de 2004, nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e nº 10.666, de 8 de maio de 2003, e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 20/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 6, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 668, de 2015), que "Altera as Leis nºs 10.865, de 30 de abril de 2004, para elevar alíquotas da Contribuição para o PIS/Pasep-Importação e da Cofins-Importação, 11.941, de 27 de maio de 2009, 11.079, de 30 de dezembro de 2004, 10.925, de 23 de julho de 2004, 11.051, de 29 de dezembro de 2004, 7.827, de 27 de setembro de 1989, 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.150, de 21 de dezembro de 2000, 12.810, de 15 de maio de 2013, 5.861, de 12 de dezembro de 1972, 13.043, de 13 de novembro de 2014, 10.522, de 19 de julho de 2002, 12.469, de 26 de agosto de 2011, 12.995, de 18 de junho de 2014, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, 10.996, de 15 de dezembro de 2004, 11.196, de 21 de novembro de 2005, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e 12.024, de 27 de agosto de 2009, e o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977; revoga dispositivos das Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, e 8.177, de 1º de março de 1991; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 22/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 88, de 2013 (nº 5.171/2013, na Casa de origem), que "Altera o § 1º do art. 53 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos, para dispor sobre o registro do nome que for dado ao natimorto".	Presidente da República	22/09/2015
VET 23/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 6, de 2003 (nº 7.699/2006, na Câmara dos Deputados e SCD nº 4/2015), que "Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)".	Presidente da República	22/09/2015
VET 24/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 103, de 2014 (nº 7.578/2010, na Casa de origem), que "Dá nova redação ao art. 27 da Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, que trata do patrocínio do Instituto Geprev de Seguridade Social".	Presidente da República	22/09/2015

Matéria: Veto Presidencial. Total: 26**Mantida. Total: 26**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
VET 27/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 310, de 2006 (nº 1.336/2011, na Câmara dos Deputados), que "Altera os arts. 62, 66 e 67 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, o art. 12 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997, o art. 1º da Lei nº 91 de 28 de agosto de 1935 e art. 29 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, para dispor sobre a finalidade das fundações, o prazo para a manifestação do Ministério Público sobre suas alterações estatutárias, a remuneração de seus dirigentes; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 28/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 64, de 2001 (nº 5.712/2001, na Câmara dos Deputados), que "Regulamenta o exercício da profissão de decorador e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 30/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei de Conversão nº 8, de 2015 (oriundo da Medida Provisória nº 673, de 2015), que "Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 13.001, de 20 de junho de 2014; e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 32/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 82, de 2012 (nº 4.786/2012, na Câmara dos Deputados), que "Autoriza o Poder Executivo a reabrir o prazo para requerimento de retorno ao serviço de que trata o art. 2º da Lei nº 8.878, de 11 de maio de 1994, que dispõe sobre a concessão de anistia nas condições que menciona, e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 34/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 28, de 1991 (nº 1.048/1991, na Câmara dos Deputados), que "Dispõe sobre a profissão de garçom e dá outras providências".	Presidente da República	22/09/2015
VET 35/2015	Veto Total apostado ao Projeto de Lei do Senado nº 405, de 2009 (nº 4.457/2012, na Câmara dos Deputados), que "Acrescenta parágrafo único ao art. 566 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil".	Presidente da República	22/09/2015
VET 36/2015	Veto Parcial apostado ao Projeto de Lei da Câmara nº 21, de 2015 (nº 719/2015, na Casa de origem), que "Altera a Lei nº 11.484, de 31 de maio de 2007, que dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital e de componentes eletrônicos semicondutores e sobre a proteção à propriedade intelectual das topografias de circuitos integrados, instituindo o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS e o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD".	Presidente da República	22/09/2015

Matéria: Projeto de Resolução do Congresso Nacional. Total: 4**1. Ao arquivo. Total: 3****Prejudicada. Total: 3**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRN 1/2009	Inclui a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República como subárea da Comissão de Finanças e Tributação no Anexo da Resolução nº 1, de 2006-CN.	Pedro Eugênio	22/09/2015
PRN 1/2010	Altera o anexo da Resolução nº 01 de 2006-CN, para modificar o quantitativo de emendas da Comissão Permanente de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados.	Roberto Britto	22/09/2015
PRN 6/2013	Altera dispositivos da Resolução nº 1, de 2006-CN, dando competência a Comissões Mistas Permanentes do Congresso Nacional para apresentar emendas aos projetos do plano plurianual, de lei orçamentária anual e de diretrizes orçamentárias, e dá outras providências.	Alfredo Kaefer	22/09/2015

Matéria: Projeto de Resolução do Congresso Nacional. Total: 4**2. À promulgação. Total: 1****Aprovada pelo Plenário. Total: 1**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
PRN 3/2015	Altera a Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional para ampliar o número de relatorias setoriais do projeto de lei orçamentária anual e dá outras providências.	Mesas do Senado Federal e da Câmara dos Deputados	22/09/2015

Matéria: Requerimento (CN). Total: 20**Retirada pelo autor. Total: 6**

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQN 14/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 2 - Veto Parcial nº 6, de 2015, ao Projeto de Lei da Câmara nº 4, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 15/2015	Requer, nos termos da alínea "b", inciso I, do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado do item 6.003, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 18/2015	Requer, nos termos da alínea "b", inciso I, do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado do item 6.14, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 19/2015	Requer, nos termos da alínea "b", inciso I, do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado do item 6.16, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 20/2015	Requer, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado dos itens 6.24 a 6.30, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 21/2015	Requer, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação, em separado do item 8.25, constante da cédula - VET 12, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015

Recebida. Total: 14

Matéria	Ementa	Autor	Data da decisão
RQN 16/2015	Requer, nos termos da alínea "b", inciso I, do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado dos itens 6.005, 6.006 e 6.007, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 17/2015	Requer, nos termos da alínea "a", inciso I, do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado dos itens 6.5 a 6.7, constante da cédula - VET 10, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 22/2015	Requer, nos termos do art. 106-D, do Regimento Comum, destaque para apreciação em separado do item 12, constante da cédula - VET 16, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 23/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D e § 1º, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 17.1 a 17.9 - Veto Parcial nº 21, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 24/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D e § 1º, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 17.1 a 17.9 - Veto Parcial nº 21, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 25/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D e § 1º, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 17.1 a 17.9 - Veto Parcial nº 21, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 26/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D e § 1º, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 17.1 a 17.9 da cédula - Veto Parcial nº 21, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 27/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 21.1 - Veto Parcial nº 25, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 28/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 22 - Veto Total nº 26, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 29/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 22 - Veto Total nº 26, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 30/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 22 - Veto Total nº 26, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 31/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, do item 25 - Veto nº 29, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 32/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 27.15 a 27.35 - Veto Parcial nº 31, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015
RQN 33/2015	Requerem, nos termos do artigo nº 106-D, do Regimento Comum, destaque para a votação em separado, para apreciação no painel eletrônico, dos itens 29.2 a 29.5 - Veto Parcial nº 33, de 2015.	Líderes Partidários	22/09/2015

B.1 – Comissões Mistas Permanentes

B.1.1 – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

Resenha 1º a 30/09/2015

Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	-
Eleição	-
Não Deliberativas (NDEL)	1
Ordinárias (ROR)	-
Extraordinárias (REX)	2
Audiências Públicas (RAP)	2
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	-
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	5

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	2	1
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	5	5
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	-	-
TOTAL	8	6

Tramitação de Proposições

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)					
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	1				
Avisos CN (AVN)	14				
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	1				
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias	13				
Mensagens CN (MCN)	20				
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA					
- Outras Matérias	20				
Ofícios CN (OFN)	99				
- Prestação de Contas	4				
- Outras Matérias	95				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					
Proposições SF					
Requerimentos CMO (RCMO)	2				
Emendas	6				
TOTAL	142				

Resenha Consolidada

01/02/2015 a 30/09/2015

Reuniões realizadas

Tipo de reunião	Quantidade
Instalação (INST)	2
Eleição	1
Não Deliberativas (NDEL)	1
Ordinárias (ROR)	1
Extraordinárias (REX)	8
Audiências Públicas (RAP)	4
Conjuntas de Audiência Pública (RCAP)	1
Seminários Regionais (SREG)	-
Total	18

Comitês Permanentes e Colegiados

Nomes	Reuniões	Relatórios
Comitê de Avaliação, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária (CFIS)	-	-
Comitê de Avaliação da Receita (CAR)	-	-
Comitê de Avaliação das Informações sobre Obras e Serviços com Indícios de Irregularidade Graves (COI)	-	-
Comitê de Exame da Admissibilidade de Emendas (CAE)	2	1
Colegiado de Representantes das Lideranças Partidárias com assento na CMO (CRLP)	11	5
Colegiado de Coordenadores de Bancadas Estaduais (CCBE)	1	-
TOTAL	14	6

Tramitação de Proposições*

PROPOSIÇÕES	Apreciadas	Retiradas/ Prejudic.	Encaminhadas ao CN sem apreciação		
			PLN - Art.106 da Res nº1/2006-CN	PLN -Urgência Plenário CN	MP - Término prazo regimental
Projetos de Lei CN (PLN)	3				
Medidas Provisórias (MP) – Crédito Extraordinário	3				3
Avisos CN (AVN)	49				1
- Obras e Serviços com Indícios de Irregularidades Graves apontados pelo TCU	1				
- Prestação de Contas					
- Parecer Prévio do Governo Federal					
- Outras Matérias	48				1
Mensagens CN (MCN)	26				
- Prestação de Contas					
- Relatório de Avaliação do PPA	6				
- Outras Matérias	20				
Ofícios CN (OFN)	129				
- Prestação de Contas	4				
- Outras Matérias	125				
Projetos de Decreto Legislativo CN (PDN)					1
Proposições SF	3				
Requerimentos CMO (RCMO)	10	1			
Emendas	34				
TOTAL	257	1			5

* Quadro de agosto retificado após publicação no Diário do Senado Federal.

B.1.2 – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

01 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	0
Deliberativa	1
Audiências Públicas	1
Seminários Regionais	0
Total	2

02/02 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	1
Deliberativa	4
Audiências Públicas	5
Seminários Regionais	0
Total	10

Requerimentos Aprovados
09

B.1.3 – Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência - CCAI

01 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	0
Deliberativa	0
Audiências	0
Seminários Regionais	0
Total	0

02/02 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	0
Deliberativa	3
Audiências	2
Seminários Regionais	0
Total	5

Requerimentos Aprovados
12

B.1.4 – Comissão Permanente Mista de Combate à Violência Contra a Mulher - CMCVM

01 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	0
Deliberativa	1
Audiências Públicas	2
Seminários Regionais	0
Total	3

02/02 a 30/09/2015

Tipo de Reunião	Quantidade
Instalação	1
Deliberativa	5
Audiências Públicas	4
Seminários Regionais	0
Total	10

Requerimentos Aprovados
32

B.1.5 – Comissão Mista de Assuntos Relacionados à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CMCPLP

**Colegiado aguardando instalação*

B.2 – Comissões Mistas de Medida Provisória

01 a 30/09/2015

MEDIDAS PROVISÓRIAS	EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)	REUNIÕES REALIZADAS	PARECERES PROFERIDOS
MPV 676/2015	184	3	1
MPV 677/2015	120	2	-
MPV 678/2015	72	2	1
MPV 679/2015	71	1	1
MPV 680/2015	175	3	1
MPV 681/2015	66	1	1
MPV 682/2015	27	-	-
MPV 683/2015	131	-	-
MPV 684/2015	152	1	-
MPV 685/2015	215	2	-
MPV 687/2015	62	1	-
MPV 688/2015	78	1	-
MPV 689/2015	63	1	-
MPV 690/2015	95	1	-
MPV 691/2015	131	4	-
MPV 692/2015	85	0	-
TOTAL	1727	23	05

02/02 a 30/09/2015

MEDIDAS PROVISÓRIAS	EMENDAS RECEBIDAS (Art. 4º da Resolução nº 1 de 2002 – CN)	REUNIÕES REALIZADAS	PARECERES PROFERIDOS
MPV 660/2014	68	3	1
MPV 661/2014	64	2	1
MPV 663/2014	48	4	1
MPV 664/2014	517	6	1
MPV 665/2014	233	6	1
MPV 668/2015	107	5	1
MPV 670/2015	167	2	1
MPV 671/2015	181	11	1
MPV 672/2015	114	2	1
MPV 673/2015	82	3	1
MPV 675/2015	193	6	1
MPV 676/2015	184	4	1
MPV 677/2015	120	4	1
MPV 678/2015	72	3	1
MPV 679/2015	71	2	1
MPV 680/2015	175	6	1
MPV 681/2015	66	2	1
MPV 682/2015	27	1	-
MPV 683/2015	131	1	-
MPV 684/2015	152	1	-
MPV 685/2015	215	2	-
MPV 687/2015	62	1	-
MPV 688/2015	78	1	-
MPV 689/2015	63	1	-
MPV 690/2015	95	1	-
MPV 691/2015	131	4	-
MPV 692/2015	85	-	-
TOTAL	3501	84	17

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS	
MPV 660/2014	01
MPV 663/2014	01
MPV 664/2014	03
MPV 665/2014	03
MPV 668/2015	02
MPV 671/2015	07
MPV 675/2015	01
MPV 676/2015	02
MPV 677/2015	01
MPV 678/2015	01
MPV 680/2015	02
MPV 685/2015	01
MPV 691/2015	02
TOTAL	27

B.3 – Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito

Resenha Consolidada 02/02 a 30/09/2015

Não houve atividades de Comissões Parlamentares Mistas de Inquérito nos meses de fevereiro a setembro de 2015.

B.4 – Comissões Temporárias Mistas

Não houve reuniões de Comissões Temporárias Mistas em setembro de 2015.

Resenha Consolidada 03/02 a 30/09/2015

COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS										
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições				
						PEC	REQ	PRN	PL	Obs
CONSOLODAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO ATN 01/15	2015	1								
LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS	2015	6							1	Aprovado em 19.08 Relatório concluindo pela apresentação de Projeto de Lei. Comissão encerrada.

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS MISTAS	
LEI DE RESPONSABILIDADE DAS ESTATAIS	3
TOTAL	3

C - SECRETARIA DE COMISSÕES

C.1 - Coordenação de Comissões Permanentes do Senado Federal

Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas

01 a 30/09/2015

Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	16
Extraordinária	51
Reunião de Subcomissão	2
Conjunta	3
Total	72

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	Ordinária	Extraordinária	Participações em Reuniões Conjuntas (*)	Total
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	4	2	0	6
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	3	1	4
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	4	2	0	6
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	5	4	0	9
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	0	6	2	8
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	13	1	14
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	3	1	0	4
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	4	0	4
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	5	1	6
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	5	0	5
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	5	0	5
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	1	0	1
Total	16	51		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	Reunião	Participação em Reunião Conjunta	Total
Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN (CAE)	2	-	2
Total	2		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.



Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	Comissões e Subcomissões
13	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC
14	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
15	Comissão de Assuntos Sociais - CAS
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
Total de Reuniões Conjuntas = 3	

Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	5	5
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	1	1
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	4	4
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	3	3
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	11	10
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	3	3
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	1	1
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	2	2
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	2	2
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	3	2
	Comissão Senado do Futuro - CSF	1	1
	Total	36	34
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN	1	1
	Total	1	1
Total		37	35



Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas		
Comissões e Subcomissões	Número da Reunião	Número da Reunião Conjunta
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	40 ^a	13 ^a 
Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC	10 ^a	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	42 ^a	14 ^a 
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	25 ^a	
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	26 ^a	15 ^a 
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	87 ^a	
Total Geral		40

Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	Total
PEC			6									6
PLC		2	5	4		1	1			1		14
PLS	3	5	17	16	9	15			4	3	1	73
PDS					1		1				56	58
PRS									1			1
MSF			1	1	1		4	5				12
OFS			3		1						8	12
RQS							1					1
AMA					2							2
SUG						2						2
PFS					1							1
Total	3	7	32	21	15	18	7	5	5	4	65	182

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	Decisão Terminativa	Decisão Não Terminativa
PEC		6
PLC	3	11
PLS	37	36
PDS	56	2
PRS		1
MSF		12
OFS		12
RQS		1
AMA		2
SUG		2
PFS		1
Total	96	86

Requerimentos Apreciados(*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	Total
4	5	5	29	15	14	3	8	15	13	8		119

(*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário".

Resultado	
Aprovado	117
Retirado pelo autor	2

Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Proposta de Emenda à Constituição	1
Projeto de Lei do Senado	1
Projeto de Resolução	1
Requerimento	9
Total	12

Instalação de Colegiados

Nome/Sigla da Comissão	Data de Instalação
Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN	10/09/2015

Reuniões Realizadas e Proposições apreciadas

02/02 a 30/09/2015

Reuniões

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes e Subcomissões, por Tipo de Reunião	
Ordinária	86
Extraordinária	315
Reunião de Subcomissão	9
Conjunta	15
Total	425

Reuniões Realizadas pelas Comissões Permanentes, por Comissão				
Comissões	Ordinária	Extraordinária	Participações em Reuniões Conjuntas (*)	Total
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	21	8	4	33
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	0	25	1	26
Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	23	5	0	28
Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	20	29	0	49
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	0	34	10	44
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	0	86	1	87
Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	22	12	0	34
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	0	25	4	29
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	0	24	3	27
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	0	32	3	35
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	0	32	5	37
Comissão Senado do Futuro - CSF	0	3	0	3
Total	86	315		

(*) O número informa a participação individualizada das Comissões Permanentes em Reuniões Conjuntas.

Reuniões Realizadas pelas Subcomissões (*), por Comissão			
Nome / Sigla da Subcomissão	Reunião	Participação em Reunião Conjunta	Total
Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN (CAE)	2	-	2
Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS (CMA)	2	-	2
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE (CMA)	2	-	2
Subcomissão Permanente de Justiça de Transição - CDHJT (CDH)	1	-	1
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA (CI)	2	-	2
Total	9		

(*) Listadas somente as Subcomissões que se reuniram no período.

Reuniões Conjuntas	
Número da Reunião Conjunta	Comissões e Subcomissões
1	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
2	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
3	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
4	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
5	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
6	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR
7	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
8	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI
9	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
10	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
11	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT
12	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA
13	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
14	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR


Número da Reunião Conjunta	Comissões e Subcomissões
15	Comissão de Assuntos Sociais - CAS
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH
Total de Reuniões Conjuntas = 15	









Audiências Públicas

Audiências Públicas Realizadas por Comissões Permanentes e Subcomissões			
Comissão Permanente	Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	11	6
	Comissão de Assuntos Sociais - CAS	5	4
	Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ	1	1
	Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE	24	20
	Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	11	11
	Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	68	63
	Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE	13	12
	Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	8	5
	Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	13	9
	Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	17	11
	Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	18	16
	Comissão Senado do Futuro - CSF	1	1
	Total	190	159
Subcomissão	Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN	1	1
	Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	1	1
	Total	2	2
Total		192	161



Audiências públicas realizadas em caráter interativo por meio do Portal e-Cidadania e do Alô Senado

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas		
Comissões e Subcomissões	Número da Reunião	Número da Reunião Conjunta
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	3ª	1 
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	5ª	
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	3ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	4ª	2 
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	6ª	
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	4ª	
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	10ª	3
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	4ª	
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	11ª	4
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	7ª	
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	9ª	5
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	9ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	15ª	6 
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	13ª	
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	16ª	7
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	17ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	21ª	8 

Audiências Públicas Realizadas em Reuniões Conjuntas		
Comissões e Subcomissões	Número da Reunião	Número da Reunião Conjunta
Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI	14ª	8 
Comissão de Assuntos Econômicos - CAE	18ª	9 
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	19ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	32ª	10 
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	29ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	33ª	11 
Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT	30ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	36ª	12 
Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA	30ª	
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	40ª	13 
Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA	42ª	14 
Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR	25ª	
Comissão de Assuntos Sociais - CAS	26ª	15 
Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH	87ª	
Total Geral		207

Pareceres Proferidos pelas Comissões Permanentes

Comissão Permanente / Matéria	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	Total
PEC			14									14
PLC	6	10	16	18	7	4	3	1	1	2	3	71
PLS	34	35	28	43	31	38	6	14	14	16	8	267
SCD		2		1	1	1						5
PDS					1		31				145	177
PRS	3		1	7			4		1			16
MSF	10	3	5	1	2		33	11				65
OFS			24		2			2			11	39
RQS				1			9					10
Emendas de Plenário		1			1							2
AVS				1	3							4
AMA					7							7
SUG						10						10
PFS					3							3
Total	53	51	88	72	58	53	86	28	16	18	167	690

Pareceres por Tipo de Matéria		
Sigla da Matéria	Decisão Terminativa	Decisão Não Terminativa
PEC	-	14
PLC	9	62
PLS	108	159
SCD	-	5
PDS	145	32
PRS	-	16
MSF	-	65
OFS	-	39
RQS	-	10
Emendas de Plenário	-	2
AVS	-	4
AMA	-	7
SUG	-	10
PFS	-	3
Total	262	428

Requerimentos Apreciados (*) em Comissões Permanentes

Requerimentos Apreciados em Comissões Permanentes												
CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	CSF	Total
34	33	10	107	77	143	50	51	39	59	56	8	667

(*) Os requerimentos a serem encaminhados para deliberação do Plenário do Senado Federal estão lançados no quadro "Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário"

Resultado	
Aprovado	644
Prejudicado	7
Rejeitado	3
Retirado pelo autor	13

Matérias de Autoria das Comissões para Apresentação em Plenário do Senado Federal

Matérias	
Proposta de Emenda à Constituição	1
Projeto de Lei do Senado	6
Projeto de Decreto Legislativo	2
Projeto de Resolução	1
Requerimento	56
Total	66

Emendas Apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização - CMO

EMENDAS APRESENTADAS AO PLN 1/2015-CN (PLDO 2016)												
TIPO/ COMISSÃO	CAE	CAS	CCJ	CE	CMA	CDH	CRE	CI	CDR	CRA	CCT	TOTAL
METAS E PRIORIDADES	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	3	33
TEXTOS	11	9	11	12	24	5	55	-	-	7	4	138
TOTAL	14	12	14	15	27	8	58	3	3	10	7	171

Instalação de Colegiados

Nome/Sigla da Comissão	Data de Instalação
Subcomissão Permanente de Justiça de Transição - CDHJT	15/04/2015
Subcomissão Temporária para acompanhar a execução das obras da Usina de Belo Monte - CMABMONTE	13/05/2015
Subcomissão Temporária de Acompanhamento e Fiscalização de Obras Inacabadas - CMAOBRAS	20/05/2015
Subcomissão Permanente de Acompanhamento do Setor de Mineração - SUBMINERA	10/06/2015
Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN	10/09/2015

Audiências Públicas

01 a 30/09/2015

Audiências Públicas - Comissões Permanentes

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE

28ª Reunião, Ordinária, em 01/09/2015

**Finalidade:**

Debater os procedimentos adotados pelo governo federal no âmbito das contas públicas do ano de 2014.

Requerimento(s):

RQE 12/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RQE 16/2015 Autoria: Senador(a) Acir Gurgacz

RQE 20/2015 Autoria: Senador(a) José Pimentel

RQE 6/2015 Autoria: Senador(a) Tasso Jereissati

Participante(s):

Júlio Marcelo de Oliveira -

Procurador do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União -MPTCU

Leonardo Rodrigues Albernaz -

Secretário de Macroavaliação Governamental - Tribunal de Contas da União (TCU)

Tiago Alves de Gouveia Lins Dutra -

Secretário de Controle Externo da Fazenda Nacional - Tribunal de Contas da União (TCU)

29ª Reunião, Extraordinária, em 03/09/2015

**Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 46 de 2012, que "assegura aos estabelecimentos com atividades na área de turismo rural, ecoturismo e de aventura tarificação de energia elétrica equivalente à classe rural e suas subclasses".

Requerimento(s):

RQE 8/2015 Autoria: Senador(a) Hélio José

Participante(s):

Daniel Mendonça -

Diretor da Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica – Abradee

Fabiana Oliveira -

Coordenadora de Segmentação do Ministério do Turismo - MTur

Fragmar Diniz Leite -

Presidente do Sindicato de Turismo Rural e Ecológico do Distrito Federal - RuralTur

Leandro Caixeta Moreira -

Assessor do Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel

Marcos Franco Moreira -

Diretor do Departamento de Gestão do Setor Elétrico da Secretaria de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia - MME

Comissão de Assuntos Econômicos - CAE**30ª Reunião, Ordinária, em 15/09/2015****Finalidade:**

Discutir os seguintes temas:

1. Em atendimento aos §§ 1º e 2º do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, as diretrizes, implementação e perspectivas futuras da política monetária;
2. Em atendimento ao RQE 22/2015, possíveis avanços na regulação do mercado de câmbio e as recentes denúncias de formação de cartel para manipulação da taxa de câmbio no Brasil;
3. Em atendimento ao RQE 23/2015, a mudança de orientação da política econômica ocorrida neste início de mandato da presidente Dilma Rousseff e suas repercussões para sociedade.

Requerimento(s):

RQE 22/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

RQE 23/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

Participante(s):

Aldo Luiz Mendes -

Diretor de Política Monetária do Banco Central do Brasil

Alexandre Tombini -

Presidente do Banco Central do Brasil

32ª Reunião, Extraordinária, em 23/09/2015**Finalidade:**

Instruir o PLS nº 229 de 2009 – Complementar, que “estabelece normas gerais sobre plano, orçamento, controle e contabilidade pública, voltadas para a responsabilidade no processo orçamentário e na gestão financeira e patrimonial, altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a fim de fortalecer a gestão fiscal responsável e dá outras providências”.

Requerimento(s):

RQE 30/2015 Autoria: Senador(a) Delcídio do Amaral

Participante(s):

Dyogo Henrique de Oliveira -

Secretário Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

Fernando Moutinho -

Consultor de Orçamento, Fiscalização e Controle do Senado Federal

Hélio Tollini -

Consultor de Orçamento da Câmara dos Deputados

Marcos José Mendes -

Consultor Legislativo do Senado Federal

Tarcísio José Massote de Godoy -

Secretário Executivo do Ministério da Fazenda

33ª Reunião, Ordinária, em 29/09/2015**Finalidade:**

Ouvir a proposta do Movimento Brasil Eficiente para a superação das atuais dificuldades fiscais enfrentadas pelo Estado brasileiro, em suas três esferas, bem como debater a atual estrutura da dívida pública, o pagamento de juros, encargos, amortização e refinanciamento dessa dívida e propostas para sua melhor gestão.

Requerimento(s):

RQE 32/2015 Autoria: Senador(a) Fernando Bezerra Coelho

RQE 38/2015 Autoria: Senador(a) Alvaro Dias

Participante(s):

Paulo Rabello de Castro -

Coordenador do Movimento Brasil Eficiente

Thiago Custodio Biscuola -

Economista pela FEA-USP

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania - CCJ**25ª Reunião, Extraordinária, em 09/09/2015****Finalidade:**

Debater e instruir o Projeto de Lei do Senado nº 402, de 2015, que “altera dispositivos do Decreto-Lei no 3.689, de 3 de outubro de 1941 - Código de Processo Penal, relativos aos recursos”.

Requerimento(s):

RQJ 15/2015 Autoria: Senador(a) Antonio Carlos Valadares

RQJ 16/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

RQJ 17/2015 Autoria: Senador(a) José Pimentel

RQJ 18/2015 Autoria: Senador(a) Humberto Costa

Participante(s):

Antônio César Bochenek -	Presidente da Associação dos Juizes Federais do Brasil – Ajufe
Elmir Duclerc Ramalho Júnior -	Professor de Processo Penal da Universidade Federal da Bahia e Promotor de Justiça do Ministério Público da Bahia
Fábio Zech Sylvestre -	Presidente da Comissão de Estudos Constitucionais da OAB no Ceará
Gustavo Virginelli -	Vice-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais
Luiza Cristina Fonseca Frischeisen -	Procuradora Regional da República
Marcelo Semer -	Juiz de Direito do Estado de São Paulo
Maurício Stegemann Dieter -	Professor de Criminologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo – USP
Pedro Paulo Guerra de Medeiros -	Conselheiro Federal da OAB/GO
Rubens Roberto Rebello Casara -	Professor e Doutor em Direito, com especialização em Direito Processual Penal
Sérgio Fernando Moro -	Juiz Federal
Thiago Bottino do Amaral -	Professor de Direito da Fundação Getúlio Vargas – RJ

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE**43ª Reunião, Extraordinária, em 09/09/2015****Finalidade:**

Debater "As Dificuldades de Acesso à Internet por parte de Jovens do Campo e de Cidades do Interior do País".

Requerimento(s):

RCE 58/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

RCE 64/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

Participante(s):

André Moura Gomes -

Diretor Substituto do Departamento de Banda Larga do Ministério das Comunicações

Carlos Duprat -

Diretor do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil)

Dilvo Ilvo Ristoff -

Diretor de Políticas e Programas de Graduação da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESu/MEC)

Eron Bezerra -

Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Jefferson D'Ávila de Oliveira -

Secretário de Inclusão Digital do Ministério das Comunicações

Karla Crosara Ikuma Rezende -

Gerente de Universalização e Ampliação de Acesso da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)

45ª Reunião, Extraordinária, em 16/09/2015**Finalidade:**

Instruir o Projeto de Lei do Senado nº 417, de 2013, que "Institui o Dia Nacional de Combate à Tortura".

Requerimento(s):

RCE 100/2015 Autoria: Senador(a) Telmário Mota

RCE 45/2015 Autoria: Senador(a) Telmário Mota

RCE 68/2015 Autoria: Senador(a) Telmário Mota

Participante(s):

André Saboia Martins -

Secretário-executivo da Comissão Nacional da Verdade (CNV)

Carlos Alves Moura -

Secretário-executivo da Comissão Brasileira Justiça e Paz da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CBJP/CNBB)

Hellen Falcão de Carvalho -

Membro da Comissão Nacional de Direitos Humanos do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)

Karolina Alves Pereira de Castro -

Coordenadora-geral de Combate à Tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Virgínius José Lianza da Franca -

Diretor da Comissão de Anistia do Ministério da Justiça

Comissão de Educação, Cultura e Esporte - CE**47ª Reunião, Extraordinária, em 23/09/2015****Finalidade:**

Debater "O Dia Nacional do Surdo".

Requerimento(s):

RCE 72/2015 Autoria: Senador(a) Romário

Participante(s):

Antonio José Ferreira -

Secretário Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD/SDH/PR)

Filipe Trigueiro Xavier Correia -

Conselheiro Suplente do Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade/SDH/PR)

João Paulo V. Miranda -

Diretor-Geral da Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS/DF)

Marcos de Brito -

Presidente da Associação dos Pais e Amigos dos Deficientes Auditivos (Apada)

Paulo Roberto do Nascimento -

Diretor-Geral Substituto do Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)

Suzana Maria Brainer -

Coordenadora Geral de Articulação da Política de Inclusão nos Sistemas de Ensino da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação (Secadi/MEC)

49ª Reunião, Extraordinária, em 30/09/2015**Finalidade:**

Institucionalizar o Dia Nacional do Nanismo no Brasil

Requerimento(s):

RCE 90/2015 Autoria: Senador(a) Romário

RCE 97/2015 Autoria: Senador(a) Romário

Participante(s):

Kenia Maria de Souza Rio -

Presidente da Associação de Nanismo do Estado do Rio de Janeiro (Anaerj)

Liana Cristina Hones -

Representante da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Lorena de Castro Oliveira -

Representante da Associação Pequenos Guerreiros

Luciano Bezerra Dantas -

Atleta Profissional de Halterofilismo (categoria nanismo). Medalha de Bronze no Parapanamericano em Toronto 2015

Luiz Numeriano -

Representante da Associação Gente Pequena do Brasil

Marlos Nogueira -

Representante dos Pais das Pessoas com Nanismo

Vanderlei Linck -

Representante das Pessoas com Nanismo

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA**37ª Reunião, Extraordinária, em 01/09/2015****Finalidade:**

Debater sobre a oferta de linhas aéreas na região Norte, o mercado de aviação civil no País, a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado, bem como se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte.

Requerimento(s):

RMA 77/2015 Autoria: Senador(a) Jorge Viana

Participante(s):

Alberto Fajerman -	Diretor de Relações Institucionais da Gol Linhas Aéreas Inteligentes
Basilio Dias -	Diretor de Assuntos Regulatórios da TAM Linhas Aéreas
Eduardo Sanovicz -	Presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas - ABEAR
Jorge Viana -	
Marcelo Pacheco dos Guaranys -	Diretor-Presidente da Agência Nacional de Aviação Civil – ANAC
Renato Covelo -	Vice-Presidente Jurídico da Azul Linhas Aéreas Brasileiras
Rodrigo Napoli -	Diretor Comercial da Avianca Brasil

39ª Reunião, Extraordinária, em 16/09/2015**Finalidade:**

Instrução do Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia.

Requerimento(s):

RMA 72/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

Participante(s):

Adalberto Tokarski -	Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ
José Silvério da Silva -	Chefe de Divisão da Coordenação-Geral de Irrigação e Estratégias do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - CGIECS/DEPROS/SPRC/MAPA
Luciano de Souza Castro -	Secretário de Gestão do Ministério dos Transportes - SEGES/MT
Mariana Sampaio Gontijo Vaz -	Especialista em Regulação da Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL
Wagner Martins da Cunha Vilella -	Coordenador de Planos de Recursos Hídricos da Agência Nacional de Águas - ANA

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA**43ª Reunião, Extraordinária, em 23/09/2015****Finalidade:**

2ª Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 248, de 2014, que versa sobre a instituição de regras para a preservação da calha principal e o curso natural do rio Araguaia.

Requerimento(s):

RMA 73/2015 Autoria: Senador(a) Donizeti Nogueira

Participante(s):

Adriana Lustosa -

Diretora de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente - MMA

Heloísa Aquino -

Assistente Técnica da Secretaria de Patrimônio da União - SPU/MPOG

Liliana Pena Naval -

Professora da Universidade Federal do Tocantins - UFT

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**74ª Reunião, Extraordinária, em 01/09/2015****Finalidade:**

Debater: "A fibrose Cística".

Requerimento(s):

RDH 121/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira -

Procuradora-Geral do Ministério Público de Contas do Distrito Federal

Elizabeth Ana Bonavito -

Representante do Ministério da Saúde

Fernando Gomide -

Representante da Associação Brasileira de Assistência à Mucoviscidose

Gilvânia Feijó -

Professora da Faculdade de Medicina da Universidade de Brasília

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**76ª Reunião, Extraordinária, em 02/09/2015****Finalidade:**

Ciclo de Debates sobre: “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação”.

Requerimento(s):

RDH 140/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Cláudio Gomes -

Confederação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores nas Indústrias da Construção e da Madeira - CONTCOM

Érika Kokay -

Deputada Federal

Eymard Loguércio -

Comissão Especial de Direitos Sindicais do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil

Itamar Sanches -

Confederação Nacional dos Trabalhadores no Ramo Químico - CNQ

João Cayres -

Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM/CUT

Julimar Roberto de Oliveira -

Confederação Nacional dos trabalhadores no Comércio e Serviços – CONTRACS

Liliam Marques -

Representante do DIEESE

Maria das Graças Costa -

Diretora Executiva da Secretaria de Relações do Trabalho da Central Única dos Trabalhadores - CUT

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**77ª Reunião, Extraordinária, em 08/09/2015****Finalidade:**

Ciclo de debates sobre: “O mundo do trabalho: desemprego, aposentadoria e discriminação”.

Requerimento(s):

RDH 140/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Aida Cristina Becker -	Auditora Fiscal do Trabalho e Membro da Comissão Nacional Tripartite Temática do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Carlos Eduardo de Azevedo Lima -	Presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho - ANPT
Carlos Silva -	Vice-Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - SINAIT
Eduardo Lírio Guterra -	Secretário Adjunto de Saúde do Trabalhador da Central Única dos Trabalhadores - CUT
Florianio Martins de Sá Neto -	Vice-Presidente de Política de Classe da Associação Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil - ANFIP
Francisco Pereira de Souza Filho -	Secretário de Organização e Políticas Sindicais da União Geral dos Trabalhadores – UGT
Jairo José da Silva -	Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST
José Aparecido Bastazini -	Consultor do Sindicato Nacional das Empresas de Transporte e Movimentação de Cargas Pesadas e Excepcionais - SINDIPESA
Leonardo Osório Mendonça -	Procurador do Trabalho
Luiz Antonio Colussi -	Diretor de Assuntos Legislativos da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho - ANAMATRA
Luiz Carlos de Oliveira -	Diretor da Força Sindical
Rômulo Machado e Silva -	Coordenador Geral de Normatização e Programas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE
Rosa Maria Campos Jorge -	Presidente do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho – SINAIT
Washington Santos (Maradona da UGT) -	Coordenador da Bancada dos Trabalhadores na Comissão Nacional Tripartite Temática do MTE - CTPP
Zuher Handar -	Consultor da Organização Internacional do Trabalho - OIT e Ex-secretário de Saúde e Segurança no Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**79ª Reunião, Extraordinária, em 14/09/2015****Finalidade:**

Para debater sobre: “Cotas para negros e o conflito entre o direito administrativo e o direito constitucional”.

Requerimento(s):

RDH 139/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

David Santos -	Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
Jackson Lima -	Terceiro Secretário da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores
Mário Theodoro -	Consultor Legislativo
Paulo Sergio Rangel -	Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro - TJ/RJ
Ronaldo Barros -	Secretário de Políticas de Ações Afirmativas da Secretaria de Políticas da Igualdade Racial - SEPPIR

80ª Reunião, Extraordinária, em 16/09/2015**Finalidade:**

Debater o tema: "Perseguições contra praticantes de religiões de matriz africana, candomblé"

Requerimento(s):

RDH 145/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

RDH 85/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

Participante(s):

Alexandre Brasil Carvalho da Fonseca -	Coordenador Geral de Diversidade Religiosa da Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos - SDH
Babá Adailton Moreira Costa -	
Babalorixá Joel de Oxaguiã -	
David Santos -	Diretor Executivo de Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes - EDUCAFRO
Givânia Maria da Silva -	Secretária de Políticas para Comunidades Tradicionais da SEPPIR
Mãe Baiana -	Representante da Fundação Palmares
Mãe Railda Rocha Pitta -	
Pecê de Oxumaré -	

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**81ª Reunião, Extraordinária, em 17/09/2015****Finalidade:**

Debater o tema e lançar o livro: "Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz".

Requerimento(s):

RDH 116/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Ana Rita -	Ex-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
Dalila Lubiana -	Escritora e Autora do Livro "Liberdade atrás das grades - pedagogia social, política pública e cultura de paz"
Marcos Aurélio Sloniak -	Coordenador da Escola Penitenciária do DF, representante da Subsecretaria do Sistema Penitenciário do Distrito Federal - SESIPE
Valdirene Daufemback -	Diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional - DEPEN

82ª Reunião, Extraordinária, em 17/09/2015**Finalidade:**

Debater sobre: "As circunstâncias do assassinato de Antônio de Araújo sob tortura, ocorrido em Planaltina - DF"

Requerimento(s):

RDH 113/2015 Autoria: Senador(a) Regina Sousa

Participante(s):

Ana Rita -	Ex-Presidenta da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal
Érika Kokay -	Deputada Federal
Marcelo da Silva Oliveira -	Membro do 2º Núcleo de Investigação e Controle Externo da Atividade Policial do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - NCAP/MPDFT
Maurício Pereira de Araújo -	Irmão de Antônio Pereira de Araújo

83ª Reunião, Extraordinária, em 21/09/2015**Finalidade:**

Debater sobre: "A situação dos Ministros de Confissão Religiosa idosos do Brasil"

Requerimento(s):

RDH 54/2015 Autoria: Senador(a) Telmário Mota

Participante(s):

Cassiano Batista da Luz -	Presidente da Associação das Missões Transculturais do Brasil - AMTB
Emanuel de Araújo Dantas -	Diretor do Departamento de Regimes Geral de Previdência Social do Ministério da Previdência - SPPS/ MPS
Josimar Francisco da Silva -	Presidente do Conselho de Pastores Evangélicos do Distrito Federal e Secretário Executivo da CONCEPAB
Leonardo Ulrich Steiner -	Secretário-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**84ª Reunião, Extraordinária, em 22/09/2015****Finalidade:**

Debater sobre: "O Estatuto das Estatais: a responsabilidade das sociedades de economia mista e empresas públicas e seu estatuto jurídico".

Requerimento(s):

RDH 149/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Deyvid Souza Bacelar da Silva -

Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração da Petrobras

Eduardo Guterra -

Presidente da Federação Nacional dos Portuários

Francisco Carlos Pugliesi -

Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro - CONTRAF

Jacy Afonso -

Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT

Jair Pedro Ferreira -

Presidente da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal - FENAE

João Antonio de Moraes -

Diretor da Secretaria de Relações Institucionais da Federação Única dos Petroleiros

Juliana Donato -

Representante dos Trabalhadores no Conselho de Administração do Banco do Brasil

Maria Rita Serrano -

Conselheira da Caixa Econômica Federal

85ª Reunião, Extraordinária, em 24/09/2015**Finalidade:**

"Instruir a SUG nº 15, de 2014, que regula a Interrupção voluntária da gravidez, dentro das doze primeiras semanas de gestação, pelo sistema único de saúde".

Requerimento(s):

RDH 24/2015 Autoria: Senador(a) Magno Malta

Participante(s):

Adelice Leite Godoy D'avila -

Integrante do Movimento Pró-Vida de Campinas - SP

José Eustáquio Diniz Alves -

Doutor em Demografia, Professor Titular do Mestrado e Doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas - ENCE/IBGE

Maria José Rosado Nunes -

Coordenadora Geral do Católicas pelo Direito de Decidir

Maria Teresa Blandón -

Ativista Feminista da Nicarágua

Nazareno Vasconcelos Feitosa -

Integrante do Movimento Brasil Movida do Distrito Federal

Olímpio Barbosa Moraes Filho -

Vice-Presidente da Comissão de Abortamento, Parto e Puerpério da Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia - FEBRASGO

Pedro Stepien -

Diretor Nacional do Pró-Vida

Stela Barbas -

Doutorada e Mestre em Direito. Professora Universitária. Portugal

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH**86ª Reunião, Extraordinária, em 28/09/2015****Finalidade:**

Debater sobre o tema: “A participação da Sociedade na Gestão do Pré-Sal e o projeto de lei que trata da exclusão da Petrobras da condição de Operadora única na exploração do petróleo do Pré-Sal”.

Requerimento(s):

RDH 141/2015 Autoria: Senador(a) Paulo Paim

Participante(s):

Fernando Siqueira -

Engenheiro, Vice-Presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

Flávio Werneck Meneguelli -

Representante da Central dos Sindicatos Brasileiros - CSB

José Joaquim Marchisio -

Economista, Vice-Presidente da Sociedade de Economia do Rio Grande do Sul - SOCECON

José Maria Rangel -

Presidente da Federação Única dos Petroleiros - FUP

José Serra -

Senador

Raul Tadeu Bergmann -

Engenheiro, representante da Associação dos Engenheiros da Petrobras - AEPET

Sebastião Soares da Silva -

Diretor da Nova Central Sindical dos Trabalhadores - NCST

Vitor Luis Silva Carvalho -

Diretor Executivo da Central Única dos Trabalhadores - CUT/Nacional

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**31ª Reunião, Extraordinária, em 03/09/2015****Finalidade:**

Audiência Pública para debater a política externa brasileira, em atendimento ao art. 397, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal.

Participante(s):

Mauro Luiz Icker Vieira -

Ministro de Estado das Relações Exteriores

33ª Reunião, Ordinária, em 17/09/2015**Finalidade:**

Para discutir a situação atual da indústria de defesa brasileira e os projetos estratégicos do setor de defesa brasileiro.

Requerimento(s):

RRE 68/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

Participante(s):

Renato Galvão Flôres Junior -

Professor da Escola Brasileira de Economia e Finanças da Fundação Getúlio Vargas - FGV

Sami Hassuani -

Presidente da Avibras Indústria Aeroespacial e Presidente da Associação Brasileiras das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança - ABIMDE

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE**34ª Reunião, Ordinária, em 24/09/2015****Finalidade:**

Audiência Pública para discutir os projetos estratégicos das Forças Armadas e a relação dos mesmos com a Base Industrial de Defesa.

Requerimento(s):

RRE 60/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

RRE 68/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

Participante(s):

Eduardo Dias da Costa Villas Bôas -

Comandante do Exército

Comissão de Serviços de Infraestrutura - CI**26ª Reunião, Extraordinária, em 02/09/2015****Finalidade:**

Debater a atual situação do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM): seu funcionamento, sua estrutura e capacidade de resposta às numerosas demandas do setor.

Requerimento(s):

RQI 47/2015 Autoria: Senador(a) Ricardo Ferraço

Participante(s):

Carlos Nogueira da Costa Junior -

Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia (MME)

Celso Luiz Garcia -

Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM)

José Antônio Guidoni -

Presidente do Centro Brasileiro dos Exportadores de Rochas Ornamentais (CENTROROCHAS)

Reinaldo Dantas Sampaio -

Presidente da Associação Brasileira da Indústria de Rochas Ornamentais (ABIROCHAS)

Tales Pena Machado -

Presidente do Sindicato da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcário do Estado do Espírito Santo (SINDIROCHAS)

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR**23ª Reunião, Extraordinária, em 09/09/2015****Finalidade:**

Discutir a demarcação de terrenos de marinha.

Requerimento(s):

RDR 24/2015 Autoria: Senador(a) Dário Berger

Participante(s):

Cassandra Maroni Nunes -

Secretária do Patrimônio da União.

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR**26ª Reunião, Extraordinária, em 23/09/2015****Finalidade:**

Debater a situação dos moradores da Quadra 88, no Setor Universitário, na Cidade de Goiânia - GO.

Requerimento(s):

RDR 36/2015 Autoria: Senador(a) Ronaldo Caiado

Participante(s):

Orlando Afonso Valle do Amaral -

Paulo Magalhães -

Roberta Carvalho Cruvinel -

Reitor da Universidade Federal de Goiás

(UFG) Vereador de Goiânia - SD

Tesoureira da Asmo 88

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA**34ª Reunião, Extraordinária, em 17/09/2015****Finalidade:**

Analisar a defesa agropecuária e integração dos entes da federação; o Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa); e a interação entre os órgãos de defesa agropecuária e o setor produtivo agropecuário.

Requerimento(s):

RRA 14/2015 Autoria: Senador(a) Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

RRA 30/2015 Autoria: Senador(a) Dário Berger

RRA 31/2015 Autoria: Senador(a) Dário Berger

Participante(s):

Ariel Antônio Mendes -

Francisco Saraiva -

Inácio Afonso Kroetz -

Luis Eduardo Pacifici Rangel -

Mário Augusto Ribas do Nascimento -

Tânia Lyra -

Diretor Técnico da Associação Brasileira de Proteína Animal - ABPA

Presidente da União Nacional dos Fiscais Agropecuários - UNAFA

Presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária - FONESA

Secretário Substituto de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Técnico da Confederação Nacional de Municípios - CNM

Consultora em Defesa Agropecuária da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA

Comissão de Agricultura e Reforma Agrária - CRA**35ª Reunião, Extraordinária, em 24/09/2015****Finalidade:**

Debater a problemática acerca das compensações ambientais para os pescadores artesanais decorrentes de grandes empreendimentos de interesse da Administração Pública.

Requerimento(s):

RRA 59/2015 Autoria: Senador(a) Benedito de Lira

Participante(s):

Abraão Lincoln Ferreira da Cruz -	Presidente da Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores – CNPA
Ana Cristina Fialho de Barros -	Secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente – MMA
Armando Burle -	Presidente do Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura - CONEPE
Elizeu Augusto de Brito -	Diretor Presidente da Federação Nacional dos Engenheiros de Pesca do Brasil - FAEP-BR
Fábio Hissa Vieira Hazin -	Secretário de Planejamento e Ordenamento da Pesca do Ministério da Pesca e Aquicultura – MPA
Nicodemus Fabricio Maia -	Procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho da 7ª Região - MPT

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT**33ª Reunião, Extraordinária, em 01/09/2015****Finalidade:**

Audiência Pública destinada a analisar e debater os impactos conjunturais e estruturais dos cortes orçamentários de 2015 sobre os programas de pós-graduação.

Requerimento(s):

RCT 56/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

Participante(s):

Emília Maria Silva Ribeiro Curi -	Secretária Executiva do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Henrique Luiz Cukierman -	Pró-Reitor Substituto da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ
Jaime Martins de Santana -	Decano de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade de Brasília - UnB
Márcio de Castro Silva Filho -	Diretor de Programas e Bolsas no País da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática - CCT**34ª Reunião, Extraordinária, em 10/09/2015****Finalidade:**

Audiência Pública destinada a debater as razões pelas quais o Brasil não acompanhou o acordo multilateral firmado na OMC para eliminação de tarifas de importação de alguns produtos eletrônicos.

Requerimento(s):

RCT 53/2015 Autoria: Senador(a) Hélio José

Participante(s):

Daniel da Silva Antunes -

Gerente de Relações Governamentais da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica - ABINEE

Márcio Luiz Naves de Lima -

Diretor do Departamento de Negociações Internacionais da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - DEINT/ SECEX/MDIC

Paulo Estivallet de Mesquita -

Embaixador/Diretor do Departamento Econômico do Itamaraty

Virgílio Augusto Fernandes Almeida -

Secretário de Políticas de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI

36ª Reunião, Extraordinária, em 22/09/2015**Finalidade:**

2ª Audiência Pública destinada a debater o tema "Formação de recursos humanos para ciência, tecnologia e inovação, com especial enfoque no Programa Ciência sem Fronteiras", nos termos de Plano de Trabalho aprovado pela CCT para avaliação da política pública em foco.

Requerimento(s):

RCT 4/2015 Autoria: Senador(a) Cristovam Buarque

Participante(s):

Adalberto Luís Val -

Diretor de Relações Internacionais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES/ MEC

Fernanda Sobral -

Conselheira da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC

Geraldo Nunes Sobrinho -

Coordenador Geral do Programa Ciência sem Fronteiras no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CGCSF/DCOI/CNPq

Mariano Francisco Laplane -

Presidente do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos - CGEE

Comissão Senado do Futuro - CSF**3ª Reunião, Reunião, em 01/09/2015****Finalidade:**

Debater o tema: Impasses e Perspectivas da Sociedade Brasileira.

Participante(s):

Alessandro Candeas -

Coordenador-Geral de Projetos do Instituto de Pesquisa
de Relações Internacionais/MRE

Jessé Souza -

Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- Ipea

Audiências Públicas - Subcomissões

Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional - CAESTN

2ª Reunião, em 14/09/2015

**Finalidade:**

Apresentar dados e indicadores sobre o sistema tributário nacional para subsidiar os trabalhos da Subcomissão Permanente de Avaliação do Sistema Tributário Nacional.

Participante(s):

Rodrigo Orair - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA
Sérgio Gobetti - Pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Audiências Públicas Conjuntas

13ª Reunião Conjunta, em 17/09/2015

**Finalidade:**

Debater a Encíclica do Papa Francisco.

Comissões:

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas - CMMC

Herman Benjamin -

Ministro do Superior Tribunal de Justiça

Leonardo Steiner -

Secretário Geral da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB

Washington Novaes -

Jornalista

14ª Reunião Conjunta, em 22/09/2015

**Finalidade:**

Debater sobre a oferta de linhas aéreas e a alta generalizada das passagens aéreas na Região Norte, o mercado de aviação civil no País, a construção e o licenciamento de aeroportos regionais conforme as prioridades da Agenda Brasil do Senado e do Programa de Desenvolvimento da Aviação Regional - PDAR, bem como se há, ou não, impedimentos ou barreiras para novas companhias aéreas ofertarem voos para a região Norte.

Comissões:

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle - CMA

Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo - CDR

Requerimento(s):

RDR 39/2015 Autoria: Senador(a) Randolfe Rodrigues

RMA 77/2015 Autoria: Senador(a) Jorge Viana

Eliseu Padilha -

Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Guilherme Ramalho -

Secretário-Executivo da Aviação Civil

Gustavo Do Vale -

Presidente da Infraero

Marcelo Pacheco dos Guarany's -

Diretor-Presidente da ANAC

15ª Reunião Conjunta, em 30/09/2015**Finalidade:**

Debater sobre: "Os problemas enfrentados pelos pacientes com doenças renais que necessitam de hemodiálise ou que estejam na fila de espera para transplante de rim".

Comissões:

Comissão de Assuntos Sociais - CAS

Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH

Requerimento(s):

RAS 26/2015 Autoria: Senador(a) Eduardo Amorim

RDH 87/2015 Autoria: Senador(a) Eduardo Amorim

Heder Murari Borba -	Coordenador-Geral do Sistema Nacional de Transplantes do Ministério da Saúde
Oswaldo José Barbosa Silva -	Subprocurador-Geral da República e Coordenador do GT Saúde/PFDC
Paulo Luconi -	Vice-Presidente da Associação Brasileira dos Centros de Diálise e Transplante - ABCDT
Renato Padilha -	Presidente da Federação Nacional das Associações de Pacientes Renais e Transplantados do Brasil - FENAPAR
Valter Duro Garcia -	Médico, Diretor da Sociedade Brasileira de Nefrologia - SBN

Matérias Apreciadas

Matéria: Proposta de Emenda à Constituição					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PEC 71/2011	Altera o § 6º do art. 231 da Constituição Federal e acrescenta art. 67-A ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para permitir a indenização de possuidores de títulos dominiais relativos a terras declaradas como indígenas expedidos até o dia 5 de outubro de 1988.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	02/09/2015	Não
PEC 71/2013	Altera o inciso VII do art. 20 da Constituição Federal, para retirar da dominialidade da União os terrenos de marinha e acrescidos que especifica.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	16/09/2015	Não
PEC 18/2015	Altera o art. 46 da Constituição Federal para instituir novo critério para ordem de suplência de Senador.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	02/09/2015	Não
PEC 48/2015	Acrescenta o § 13 ao art. 37 da Constituição Federal para dispor sobre a convalidação de atos administrativos.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/09/2015	Não
PEC 83/2015	Acrescenta o art. 166-A à Constituição Federal, para dispor sobre a Autoridade Fiscal Independente.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	02/09/2015	Não
PEC 107/2015	Altera a alínea "a" do inciso IX do § 2º do art. 155 da Constituição Federal, para dispor que incide o Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação na entrada de bem proveniente do exterior, ainda que a importação seja relativa à operação de arrendamento mercantil com ou sem possibilidade de transferência ulterior de propriedade.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei da Câmara					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLC 125/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a unificação nacional da data de eleição de Conselheiro Tutelar.	Rejeitado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLC 134/2011	Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.	Aprovado o substitutivo.	CE	01/09/2015	Sim
PLC 134/2011	Institui o ano de 2011 como o Ano da Ucrânia no Brasil.	Substitutivo definitivamente adotado.	CE	08/09/2015	Sim
PLC 42/2013	Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.	Aprovado o projeto com emendas.	CAS	09/09/2015	Sim
PLC 33/2014	Estabelece diretrizes gerais sobre medidas de prevenção e combate a incêndio e a desastres em estabelecimentos, edificações e áreas de reunião de público; altera as Leis nºs 8.078, de 11 de setembro de 1990, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	02/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei da Câmara

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLC 76/2014	Acrescenta dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para proibir o trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres.	Aprovado o parecer favorável.	CAS	02/09/2015	Não
PLC 126/2014	Confere o título de Capital do Semiárido à cidade de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte.	Aprovado o parecer favorável.	CE	22/09/2015	Não
PLC 54/2015	Dispõe sobre o planejamento de ações de política agrícola.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CRA	03/09/2015	Não
PLC 58/2015	Institui no Brasil o Dia Nacional do Educador Social.	Aprovado o parecer favorável.	CE	15/09/2015	Não
PLC 69/2015	Cria cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior Eleitoral e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/09/2015	Não
PLC 92/2015	Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado de Mato Grosso e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/09/2015	Não
PLC 100/2015	Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo e de cargos em comissão no Quadro de Pessoal do Tribunal Superior do Trabalho e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/09/2015	Não
PLC 117/2015	Dispõe sobre a criação de uma vara federal no Estado do Rio Grande do Sul e sobre a criação de cargos efetivos e em comissão e funções comissionadas no Quadro de Pessoal da Justiça Federal e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/09/2015	Não
PLC 120/2015	Altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CRE	17/09/2015	Não
PLC 120/2015	Altera a Lei nº 7.573, de 23 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Ensino Profissional Marítimo.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	22/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 101/2007	Altera a Lei nº 8.560, de 29 de dezembro de 1992 ("Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências"), a fim de estabelecer a inversão do ônus para o investigado e incrementar os registros de nascimento com paternidade estabelecida.	Aprovado o substitutivo.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 700/2007	Modifica a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) para caracterizar o abandono moral como ilícito civil e penal, e dá outras providências.	Aprovado o projeto com emendas.	CDH	09/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 259/2009	Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para permitir a participação de empresa e de capital estrangeiro na assistência à saúde.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade.	CCJ	02/09/2015	Não
PLS 112/2010	Define percentual mínimo de participação de mulheres nos conselhos de administração das empresas públicas e sociedades de economia mista, suas subsidiárias e controladas e demais empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	09/09/2015	Não
PLS 125/2010	Acrescenta art. 32-A à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar o fabricante ou o importador de automóvel a inserir, no manual de manutenção do veículo, relação contendo denominação, marca e código de referência das principais peças que compõem o veículo.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CAE	22/09/2015	Não
PLS 177/2010	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, e a Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006, para permitir a dedução, do Imposto de Renda da Pessoa Física, das despesas com doações a entidades filantrópicas e a Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público que promovam a assistência social.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CAS	02/09/2015	Não
PLS 214/2010	Institui o Programa Bolsa de Permanência Universitária.	Substitutivo definitivamente adotado.	CE	01/09/2015	Sim
PLS 3/2011	Regulamenta, no âmbito da União, o limite remuneratório de agentes públicos de que tratam o inciso XI e os §§ 9º e 11 do art. 37 da Constituição Federal.	Rejeitado o projeto.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 111/2011	Institui a Política Nacional de Tecnologia Social.	Aprovado o projeto com emendas.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 122/2011	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para instituir a obrigatoriedade da apresentação de obras cinematográficas adaptadas para pessoas com deficiência auditiva ou visual, com a utilização do recurso da audiodescrição e da legendagem em português em filmes nacionais.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	29/09/2015	Não
PLS 247/2011	Modifica a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, para instituir, no Sistema Nacional do Desporto, o Subsistema do Desporto Indígena.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CDH	09/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 421/2011	Altera dispositivo da Lei 12.414, de 16 de junho de 2011, que alterou a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 8.212, de 24 de julho de 1991, e 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências, para estabelecer o prazo de 15 anos ininterruptos de moradia no imóvel adquirido através de programas governamentais de moradia, como condição para o registro do imóvel em nome do beneficiário.	Rejeitado o projeto.	CDR	16/09/2015	Sim
PLS 502/2011	Estabelece a obrigatoriedade de que a pessoa jurídica integrante da administração indireta divulgue os nomes, currículos, endereços, telefones e endereços eletrônicos de seus conselheiros e dirigentes.	Substitutivo definitivamente adotado.	CCJ	02/09/2015	Sim
PLS 540/2011	Altera a Lei nº 8.427, de 27 de maio de 1992, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica nas operações de crédito rural, para estabelecer a vedação de concessão de subvenções econômicas aos produtores rurais autuados por promover o trabalho escravo em sua propriedade rural.	Substitutivo definitivamente adotado.	CRA	03/09/2015	Sim
PLS 554/2011	Altera o § 1º do art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para determinar o prazo de vinte e quatro horas para a apresentação do preso à autoridade judicial, após efetivada sua prisão em flagrante.	Substitutivo aprovado com emendas, em turno suplementar.	CCJ	09/09/2015	Sim
PLS 606/2011 (*)	Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.	Aprovado o substitutivo. (**)	CAS	09/09/2015	Sim
PLS 606/2011 (*)	Altera e acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para disciplinar o cumprimento das sentenças e a execução de títulos extrajudiciais na Justiça do Trabalho.	Substitutivo definitivamente adotado. (**)	CAS	16/09/2015	Sim

(*) Tramitação conjunta.

(**) Rejeitados os Projetos de Lei do Senado nºs 92/2012 e 351/2012.

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 620/2011 (*)	Acrescenta inciso X ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a ausência do trabalhador ao serviço por um dia a cada seis meses para comparecimento as reuniões escolares dos seus filhos, mediante comprovante de comparecimento à escola.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. (**)	CDH	02/09/2015	Não
PLS 702/2011	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para dispor sobre a hospedagem de crianças e adolescentes acompanhados dos pais ou responsável.	Aprovado o projeto com emendas.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 739/2011	Determina a obrigatoriedade de elaboração de planos de sustentabilidade social e econômica para obras e serviços de engenharia financiados, total ou parcialmente, com recursos da União ou de entidades da sua administração indireta.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	15/09/2015	Não
PLS 145/2012	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para facultar ao adquirente de imóvel "na planta" solicitar ao incorporador sua adaptação para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Rejeitado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 169/2012	Institui regime especial de tributação aplicável à construção de estabelecimentos de educação infantil.	Aprovado o parecer favorável.	CE	29/09/2015	Não
PLS 194/2012	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida, para condicionar o pagamento das parcelas do financiamento pelos beneficiários ao credenciamento de escola pública de educação infantil e de ensino fundamental no respectivo conjunto habitacional.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	08/09/2015	Não
PLS 205/2012	Dispõe sobre a obrigatoriedade de fornecimento de versão em áudio de manuais de instruções que acompanham produtos de serviços.	Aprovado o substitutivo.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 249/2012	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases de educação nacional, para estabelecer carga horária mínima de educação física do ensino fundamental e médio.	Aprovado o projeto.	CE	01/09/2015	Sim
PLS 281/2012 (*)	Altera a Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), para aperfeiçoar as disposições gerais do Capítulo I do Título I e dispor sobre o comércio eletrônico.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta. (***)	CCJ	02/09/2015	Não
PLS 356/2012	Altera o artigo 53 do Código Civil para permitir aos transportadores de pessoas ou cargas organizarem-se em associação de direitos e obrigações recíprocas para criar fundo próprio, desde que seus recursos sejam destinados exclusivamente à prevenção e reparação de danos ocasionados aos seus veículos por furto, acidente, incêndio, entre outros.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CMA	15/09/2015	Não

(*) Tramitação conjunta.

(**) Aprovado parecer pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 182/2012.

(***) Aprovado parecer favorável aos PLSs 281/2012 e 283/2012, nos termos dos Substitutivos, e acolhimento das ideias básicas dos PLSs 197/2012, 394/2013 e 509/2013, que passam a integrar os Substitutivos; pela prejudicialidade dos PLSs 6/2011, 271/2011, 439/2011, 222/2012, 371/2012 e PLC 106/2011; pela rejeição dos PLSs 458/2012 e 277/2013; e pelo desapensamento dos PLSs 65/2011, 452/2011, 460/2011, 463/2011, 470/2011, 97/2012, 209/2012, 397/2012, 413/2012, 457/2012, 459/2012, 464/2012, 24/2013 e 392/2013.

Matéria: Projeto de Lei do Senado					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 13/2013 (*)	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para determinar à Agência Nacional de Telecomunicações formas e condições de apresentação de relatório de atividades ao Congresso Nacional.	Aprovado o parecer favorável. (**)	CCJ	30/09/2015	Não
PLS 50/2013	Altera a Lei nº 11.265, de 3 de janeiro de 2006, que regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos, para aumentar a segurança de produtos de puericultura e para vedar a produção, a importação, a distribuição e a doação de andador infantil.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CAE	22/09/2015	Não
PLS 52/2013	Dispõe sobre a gestão, a organização e o controle social das Agências Reguladoras, acresce e altera dispositivos das Leis nº 9.472, de 16 de julho de 1997, nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, nº 9.986, de 18 de julho de 2000, e nº 10.233, de 5 de junho de 2001, nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	30/09/2015	Não
PLS 74/2013	Dispõe sobre a comercialização de sinalizador náutico em todo o território nacional.	Aprovado o projeto.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 95/2013	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir critérios de assiduidade e inovação pedagógica na progressão funcional dos profissionais da educação.	Rejeitado o projeto.	CE	08/09/2015	Sim
PLS 99/2013	Acrescenta dispositivo ao art. 8º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, para vedar a suspensão ou o cancelamento da execução de obra pública nas condições que especifica.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade.	CMA	29/09/2015	Não
PLS 141/2013	Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para estabelecer condições e restrições à adoção de Termo de Ajustamento de Conduta como instrumento conciliatório nos casos de infração à legislação e às demais normas aplicáveis às prestadoras de serviços de telecomunicações	Aprovado o substitutivo.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 155/2013	Altera a Lei 11.738/2008 que Regulamenta a alínea "e" do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para imputar a União o pagamento do piso salarial dos profissionais do magistério da educação básica.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	02/09/2015	Não
PLS 166/2013	Altera o art. 13 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para reduzir as tarifas de fornecimento de energia elétrica às universidades públicas.	Aprovado o parecer pela rejeição.	CE	29/09/2015	Não

(*) Tramitação conjunta.

(**) Aprovado parecer favorável aos Projetos de Lei do Senado nºs 13, 57, 58, 59, 60, 63, 64 e 65, todos de 2013.

Matéria: Projeto de Lei do Senado					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 212/2013	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social –, para elevar o limite da renda familiar que enseja o recebimento do benefício de prestação continuada.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CDH	02/09/2015	Não
PLS 316/2013	Altera a Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996, para definir prazo máximo para o exame de pedidos de registro de marcas e de patentes.	Aprovado o projeto com emendas.	CCT	29/09/2015	Sim
PLS 344/2013	Altera a Lei nº 9.294, de 15 de julho de 1996, para proibir o uso de produtos fumígenos nos parques infantis e nas áreas de prática esportiva.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	01/09/2015	Não
PLS 403/2013	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre doações às universidades.	Aprovado o projeto com emendas.	CE	29/09/2015	Sim
PLS 437/2013	Dispõe sobre a obrigatoriedade de autenticação eletrônica do pagamento nos títulos, faturas ou boletos ou de cobrança.	Rejeitado o projeto.	CMA	15/09/2015	Sim
PLS 454/2013	Altera o art. 83 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, para restringir a possibilidade de crianças viajarem desacompanhadas dos pais ou responsáveis.	Rejeitado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 483/2013	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para determinar que as locadoras de veículos com presença nos aeroportos das capitais brasileiras disponham de veículos adaptados às pessoas com deficiência física e que, no caso das pessoas com mobilidade reduzida, os veículos sejam entregues no próprio aeroporto.	Aprovado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 523/2013	Altera a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências, para acrescentar a proibição de descarte irregular de resíduos ou rejeitos em vias públicas, na forma da legislação local.	Aprovado o projeto com emendas.	CMA	29/09/2015	Sim
PLS 552/2013	Altera a Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, para dispor sobre a incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica.	Prejudicado o projeto.	CAE	22/09/2015	Sim
PLS 28/2014	Altera o Estatuto de Defesa do Torcedor, aprovado pela Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003, para introduzir sanções a clubes e torcidas organizadas que promoverem tumultos, conflitos coletivos ou atos de vandalismo em estádios ou logradouros públicos, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	22/09/2015	Não
PLS 72/2014	Altera a Lei nº 10.201, de 14 de fevereiro de 2011, para constituir em auxílio financeiro para Estados, Distrito Federal e Municípios sessenta por cento da dotação orçamentária anual do Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.	Aprovado o parecer favorável.	CCJ	30/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei do Senado					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 92/2014	Obriga os estabelecimentos de saúde a exibir tabela de preços dos serviços prestados aos usuários.	Aprovado o substitutivo.	CMA	29/09/2015	Sim
PLS 102/2014	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a reserva de vagas em estacionamentos públicos para gestantes a partir do sexto mês de gravidez e puérperas até trinta dias após o parto.	Aprovado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 219/2014	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para prever a obrigatoriedade da oferta, em espaços de uso público, de brinquedos e equipamentos de lazer adaptados para utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.	Aprovado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 239/2014	Altera a Lei nº 9.074, de 07 de julho de 1995, para prever a livre comercialização de energia elétrica por consumidores elegíveis atendidos em qualquer tensão.	Aprovado o parecer favorável.	CMA	22/09/2015	Não
PLS 242/2014	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, para estabelecer percentual mínimo de quinze por cento do orçamento do Programa Minha Casa Minha Vida seja destinado a empreendimentos ou imóveis destinados a famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00.	Aprovado o projeto.	CAS	09/09/2015	Sim
PLS 270/2014	Denomina Ponte Rondon-Roosevelt a ponte sobre o rio Madeira, localizada na BR 364, que liga os Estados de Rondônia e Amazonas, entre os municípios de Porto Velho (RO) e Humaitá (AM).	Aprovado o projeto.	CE	01/09/2015	Sim
PLS 271/2014	Acrescenta parágrafo ao art. 1º da Lei nº 7.405, de 12 de novembro de 1985, para prever a inscrição da expressão "RESPEITE" adjacente à exposição do Símbolo Internacional de Acesso.	Rejeitado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 289/2014	Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para dispor, quanto a tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinário agrícola de qualquer natureza ou a executar trabalhos agrícolas, sobre o registro e licenciamento, a categoria de habilitação para a condução e a infração referente à condução sem registro e licenciamento.	Aprovado o parecer pela prejudicialidade.	CRA	03/09/2015	Não
PLS 314/2014	Altera a Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, para denominá-la Lei "Senador Ramez Tebet".	Aprovado o projeto com emendas.	CE	29/09/2015	Sim
PLS 329/2014 Compl.	Altera a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965 (Código Eleitoral), para definir critérios para a composição de órgãos colegiados da Justiça Eleitoral.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CCJ	30/09/2015	Não
PLS 420/2014 Compl.	Institui o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 173 da Constituição Federal.	Aprovado o parecer pela reautuação da matéria.	CCJ	30/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 427/2014	Altera a Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, para incluir o acesso à internet entre os objetivos de aplicação dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações e estabelecer a aplicação anual de percentuais mínimos desses recursos nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CDR	16/09/2015	Não
PLS 4/2015	Inscrive no Livro dos Heróis da Pátria “O grupo de marinheiros, soldados da Força Expedicionária Brasileira e membros do I Grupo de Aviação de Caça que participaram da Segunda Guerra Mundial” e altera a Lei nº 11.597, de 29 de novembro de 2007, para dispor sobre a inclusão de ex-combatentes.	Aprovado o substitutivo.	CE	29/09/2015	Sim
PLS 16/2015	Dispõe sobre a criação e o funcionamento de fundos patrimoniais vinculados ao financiamento de instituições públicas de ensino superior.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	22/09/2015	Não
PLS 48/2015	Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para determinar a atualização periódica do rol de anormalidades do metabolismo rastreadas na triagem neonatal.	Aprovado o projeto.	CAS	09/09/2015	Sim
PLS 68/2015	Dispõe sobre a exigência de compensação das horas no caso de servidor público federal que tenha cônjuge, filho ou dependente portador de deficiência física.	Aprovado o projeto com emendas.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 70/2015	Altera a redação dos arts. 32 e 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para inserir novas disciplinas obrigatórias nos currículos dos ensinos fundamental e médio.	Aprovado o substitutivo.	CE	29/09/2015	Sim
PLS 156/2015	Estabelece o direito de as mães amamentarem seus filhos durante a realização de concursos públicos na administração pública direta e indireta dos Poderes da União.	Aprovado o projeto.	CDH	09/09/2015	Sim
PLS 162/2015	Incentiva a aquaponia, pelo uso integrado e sustentável dos recursos hídricos na aquicultura e agricultura.	Aprovado o parecer favorável.	CRA	03/09/2015	Não
PLS 170/2015	Acrescenta o art. 105-B à Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997 (Lei das Eleições), para dispor sobre a propaganda eleitoral gratuita no rádio e na televisão, nas eleições de 2016.	Aprovado o projeto com emendas.	CCJ	30/09/2015	Sim
PLS 193/2015	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que trata da acessibilidade para pessoas com deficiência, para estabelecer a obrigação de que todas as novas edificações de uso coletivo disponham de elevadores com capacidade de transportar pessoas em maca.	Aprovado o projeto com emendas.	CDH	09/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Lei do Senado

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PLS 233/2015 Compl.	Dispõe sobre o inquérito civil, sobre procedimentos administrativos correlatos a cargo do Ministério Público para a colheita de provas e sobre as peças de informações, previstos na Constituição Federal, art. 129, incisos III e VI, e na Lei Complementar nº 75 de 20 de maio de 1993, arts. 6º, inciso VIII, e 8º.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CCJ	30/09/2015	Não
PLS 287/2015	Altera a redação do § 3º do art. 29 da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para prorrogar o prazo de inscrição do imóvel rural no Cadastro Ambiental Rural – CAR.	Aprovado o parecer favorável.	CRA	03/09/2015	Não
PLS 318/2015	Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, com a finalidade de estabelecer as sanções aplicáveis em caso de descumprimento das normas previstas na referida lei.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CDH	09/09/2015	Não
PLS 319/2015	Cria a Zona Franca de São Luís, no Estado do Maranhão, e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável.	CDR	02/09/2015	Não
PLS 324/2015	Institui obrigatoriedade para as novas construções, residenciais, comerciais, e industriais, público ou privado, a inclusão no projeto técnico da obra, item referente a captação de água da chuva e seu reuso não potável e dá outras providências.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CDR	09/09/2015	Não
PLS 325/2015	Torna obrigatória a manutenção de exemplares do estatuto da criança e adolescente (ECA), do estatuto da Juventude, do estatuto do idoso e do estatuto da igualdade racial nas escolas municipais, estaduais, federais e privadas.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CE	01/09/2015	Não
PLS 403/2015	Confere ao Município de Curitiba, Paraná, o título de Capital Nacional da Arte em Mosaico	Aprovado o projeto.	CE	08/09/2015	Sim
PLS 433/2015	Altera a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, para tornar obrigatória a participação mínima de 15% (quinze por cento) das fontes renováveis alternativas na matriz elétrica brasileira até o ano de 2025.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	15/09/2015	Não
PLS 445/2015	Altera o art. 8º da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para dispor sobre o dever do fornecedor de higienizar os equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de produtos ou serviços.	Aprovado o projeto.	CMA	29/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 278/2013	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE UMBURANA, GANGORRA E VERTENTES para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jericó, Estado da Paraíba.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 21/2014	Aprova o ato que outorga permissão à MÁRCIO FREITAS COMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ipaba, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 53/2014	Autoriza, nos termos dos arts. 176, § 1º, e 231, § 3º, da Constituição Federal, o aproveitamento hidroelétrico do Rio Irani, na Terra Indígena Toldo Chimbanguê I e II, no Estado de Santa Catarina.	Aprovado o parecer favorável, com emendas.	CMA	15/09/2015	Não
PDS 58/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CATOLÉ DO ROCHA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Catolé do Rocha, Estado da Paraíba.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 96/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL SOCIAL E LAZER DE QUEIRÓZ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Queiroz, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 124/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DOS FILHOS E AMIGOS DE SÃO MARCOS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Major Isidoro, Estado de Alagoas.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 145/2014	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO CABOCLA LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Fonte Boa, Estado do Amazonas.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 153/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE NOVA VENEZA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Veneza, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 154/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SERRANA DE BENTO GONÇALVES LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 173/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO ALMENARA STÉREO FM Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Almenara, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 176/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE RADIODIFUSÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Sete Lagoas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 181/2014	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à rádio CULTURA DE POÇOS DE CALDAS LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em onda média na cidade de Poços de Caldas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 182/2014	Aprova o ato que outorga concessão à TV TOPÁZIO COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Passos, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 185/2014	Aprova o ato que outorga permissão à OLIVEIRA PERIN ASSESSORIA E COMUNICAÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rio dos Índios, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 186/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à SOCIEDADE RÁDIO ALVORADA Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 190/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO SOCIEDADE CATARINENSE LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Joaçaba, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 194/2014	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Estação, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 195/2014	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à RÁDIO IGUATEMI FREQUÊNCIA MODULADA STÉREO LTDA. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 28/2015	Aprova o ato que renova a permissão outorgada à FM MELODY DE RIBEIRÃO PRETO Ltda. para executar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 30/2015	Aprova o ato que outorga permissão à RÁDIO IMPRENSA FM DE VARGEM GRANDE DO SUL LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Rosana, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 44/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA CAMINHO PARA A VIDA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 51/2015	Aprova o ato que outorga concessão à CAPRA-PUBLICIDADE E PROMOÇÕES LTDA. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Bento Gonçalves, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 52/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE NEGRA RURAL QUILOMBOLA SÃO MIGUEL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Maracaju, Estado de Mato Grosso do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 62/2015	Aprova o ato que outorga autorização ao CENTRO CULTURAL COMUNITÁRIO AMARAIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 73/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA VIDA NOVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 74/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE ITAGUARI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itaguari, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 75/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA DE JUAZEIRINHO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Conceição do Coité, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 89/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E COMUNITÁRIA INTERATIVA FM DE ARRAIAL DO CABO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Arraial do Cabo, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 90/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MANSIDÃO - ASCM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Mansidão, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 92/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL DE SALVADOR DO SUL para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Salvador do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 106/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE COMUNICAÇÃO DOS ARTISTAS DO VALE DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 109/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO DE QUATIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Quatis, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 110/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ADCX - Associação de Difusão Comunitária de Xerém para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 121/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA DO POVOADO JOSIAS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Zé Doca, Estado do Maranhão.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 124/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DE IGARAPÉ MIRI para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Igarapé Miri, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 138/2015	Aprova o ato que outorga concessão à X-MEDIAGROUP S/A para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Mâncio Lima, Estado do Acre.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 176/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE ALVORADA DE MINAS - ACOMAM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alvorada de Minas, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 178/2015	Aprova o ato que outorga permissão à OLA FM SOCIEDADE LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Carangola, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 195/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA SANTOS DUMONT para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Goiânia, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 200/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO E CULTURA DE CANA BRAVA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Minaçu, Estado de Goiás.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 201/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL E DE COMUNICAÇÃO FLOR DO CERRADO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Primavera do Leste, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 203/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO TIMBOTEUENSE DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA - ATRC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Timboteua, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 204/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO DISTRITO DE COLORADO DO NORTE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Canaã do Norte, Estado do Mato Grosso.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 205/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO CULTURAL COMUNITÁRIA DO BAIRRO SANTA MARIA II para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 221/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE APOIO À CULTURA DE SÃO JOSÉ DO PEIXE para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de São José do Peixe, Estado do Piauí.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 222/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO BOM JESUS DE COMUNICAÇÃO E CULTURA - ABJDCC para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bom Jesus do Tocantins, Estado do Tocantins.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 226/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DA CIDADE DE CARLÓPOLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 244/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE BAGRE – ARCB para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Bagre, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 252/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ESTAÇÃO FM DE RADIODIFUSÃO DE ITAGIMIRIM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Itagimirim, Estado da Bahia.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 255/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE MACEDÔNIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Macedônia, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 288/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO NOVA COMUNITÁRIA FM para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Iraceminha, Estado de Santa Catarina.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 293/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 4 DE SÃO PAULO S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim

Matéria: Projeto de Decreto Legislativo (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PDS 295/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE PORTO ALEGRE S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 300/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE MALHADA DOS BOIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Malhada dos Bois, Estado de Sergipe.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 301/2015	Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA, CULTURAL E EDUCATIVA DE MONTE CARMELO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 324/2015	Aprova o ato que renova a concessão outorgada à TVSBT CANAL 5 DE BELÉM S.A. para explorar serviço de radiodifusão de sons e imagens na cidade de Belém, Estado do Pará.	Aprovado o projeto.	CCT	29/09/2015	Sim
PDS 329/2015	Aprova o ato que outorga autorização à SOCIEDADE ORGANIZADA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DE NORMANDIA – SODLIS para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Normandia, Estado de Roraima.	Aprovado o projeto.	CCT	15/09/2015	Sim
PDS 339/2015	Aprova o texto revisto, em Português, do Acordo de Comércio Preferencial (ACP) entre o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e a União Aduaneira da África Austral (SACU), integrada pela República da África do Sul, República de Botsuana, Reino do Lesoto, República da Namíbia e Reino da Suazilândia, assinado pelos sócios do MERCOSUL na Costa do Sauípe, Bahia, em dezembro de 2008 e pelos países africanos em Maseru, capital do Lesoto, em 3 de abril de 2009.	Aprovado o parecer favorável.	CRE	17/09/2015	Não

Matéria: Projeto de Resolução do Senado					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PRS 23/2014	Institui no âmbito do Senado Federal a Frente Parlamentar em Defesa da Amazônia Legal.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do substitutivo que apresenta.	CDR	30/09/2015	Não

Matéria: Mensagem (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
MSF 77/2013	Submete à apreciação do Senado Federal, em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor RAYMUNDO SANTOS ROCHA MAGNO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto ao Estado Plurinacional da Bolívia.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	03/09/2015	Não
MSF 40/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor BRENO DE SOUZA BRASIL DIAS DA COSTA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República de Honduras.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	03/09/2015	Não
MSF 44/2015	Encaminha, em cumprimento ao disposto no art. 52 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CMA	29/09/2015	Não
MSF 49/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome do Senhor OCTÁVIO HENRIQUE DIAS GARCIA CÔRTEZ, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Democrática Federal da Etiópia e, cumulativamente, na República do Djibuti e na República do Sudão do Sul.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	10/09/2015	Não
MSF 52/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, o nome da Senhora ISABEL CRISTINA DE AZEVEDO HEYVAERT, Ministra de Segunda Classe do Quadro Especial da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República da Sérvia e, cumulativamente, em Montenegro.	Sabatina realizada com indicação apreciada.	CRE	10/09/2015	Não
MSF 60/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 8º da Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, o nome da Senhora DÉBORA REGINA IVANOV GOMES, para exercer o cargo de Diretora da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, na vaga da Senhora Vera Zaverucha.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CE	15/09/2015	Não

Matéria: Mensagem (SF)					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
MSF 61/2015	Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do inciso I do parágrafo único do art. 104 da Constituição, o nome do Doutor MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, para compor o Superior Tribunal de Justiça, no cargo de Ministro, na vaga destinada a Juizes Federais dos Tribunais Regionais Federais decorrente da aposentadoria do Senhor Ministro Ari Pargendler.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	02/09/2015	Não
MSF 65/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor VALTER CASIMIRO SILVEIRA, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	09/09/2015	Não
MSF 66/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor GUSTAVO ADOLFO ANDRADE DE SÁ, para exercer o cargo de Diretor-Executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	09/09/2015	Não
MSF 67/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, o nome do Senhor LUIZ ANTONIO EHRET GARCIA, para exercer o cargo de Diretor de Infraestrutura Rodoviária do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	09/09/2015	Não
MSF 68/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor ANÍBAL DINIZ, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Jarbas José Valente.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	16/09/2015	Não
MSF 69/2015	Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 23 e parágrafo único do art. 24 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, o nome do Senhor OTAVIO LUIZ RODRIGUES JUNIOR, para exercer o cargo de Membro do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, na vaga do Senhor Marcelo Bechara de Souza Hobaika.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CI	30/09/2015	Não

Matéria: Ofício "S"					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
OFS 29/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 11/2014, de que trata o PDC 2.146/2009, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TV TOCANTINS LTDA., concessionária de	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 39/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 21/2014, de que trata o PDC nº 2.007/2002, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da NOVO INTERIOR COMUNICAÇÕES LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itapetininga, Estado de São Paulo.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 40/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 22/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO NORTE BAIANO LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Juazeiro, Estado da Bahia.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 42/2014	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 24/2014, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas, do controle societário da TELEVISÃO CONQUISTA LTDA., concessionária de serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Vitória da Conquista, Estado da Bahia.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 11/2015	Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 13/2015	Comunica, em cumprimento ao disposto no art. 3º da Lei nº 10.610, de 2002, a composição de seu capital social.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 32/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 3/2015, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão em ondas médias da Multisom Rádio Jornal Ltda., no município de Leopoldina - MG.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não

Matéria: Ofício "S"					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
OFS 47/2015	Encaminha, nos termos do art. 222, § 5º, da Constituição Federal, o Comunicado de Alteração de Controle Societário de Empresa Jornalística e de Radiodifusão - CAC nº 18/2015, de que trata o PDC nº 882/2003, que comunica a transferência indireta, para outro grupo de cotistas de concessionária de serviços de radiodifusão de sons e imagens da Televisão Tibagi Ltda., no município de Apucarana - PR.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CCT	15/09/2015	Não
OFS 71/2015	Encaminha cópia, em meio magnético, do Relatório de Gestão da Prestação de Contas Ordinárias Anual 2014 da ANEEL.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CMA	22/09/2015	Não
OFS 75/2015	Encaminha, a indicação do Supremo Tribunal Federal do Desembargador CARLOS AUGUSTO DE BARROS LEVENHAGEN para compor o Conselho Nacional de Justiça, no Biênio 2015/2017, conforme disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	10/09/2015	Não
OFS 76/2015	Submete à aprovação do Senado Federal, em observância ao disposto no artigo 130-A, da Constituição Federal, o nome do Juiz Federal VALTER SHUENQUENER DE ARAÚJO, lotado no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, escolhido pelo Plenário do STF, para compor o Conselho Nacional do Ministério Público	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	16/09/2015	Não
OFS 77/2015	Comunica, conforme o disposto nos incisos IV e V do art. 103-B da Constituição Federal, a indicação, para compor o Conselho Nacional de Justiça, do nome do Juiz de Direito BRUNO RONCHETTI DE CASTRO, lotado no Tribunal de Justiça de São Paulo.	Sabatina realizada com indicação aprovada.	CCJ	10/09/2015	Não

Matéria: Requerimento					
Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
RQS 1062/2015	Requer, nos termos do art. 13 e § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 14, § 2º da Resolução nº 01, de 2011-CN, autorização para ausentar-se dos trabalhos da Casa entre os dias 28 de setembro e 02 de outubro de 2015, a fim de participar da reunião do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, a ser realizada em Genebra, na Suíça. Comunica ainda a ausência do país no referido período.	Aprovado o parecer favorável.	CRE	17/09/2015	Não

Matéria: Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Cons. E Fisc. E Controle

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
AMA 4/2014	Encaminha cópia do Acórdão nº 1171/2014 - TCU - Plenário, proferido nos autos do Processo nº TC 012.949/2013-2, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, referente ao monitoramento do Acórdão 1.196/2010-Plenário, prolatado em processo de auditoria operacional, classificada como Tema de Maior Relevância - TMS, com o objetivo de avaliar a Segurança Energética do País.	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CMA	22/09/2015	Não
AMA 7/2015	Encaminha cópia do Acórdão nº 1012/2015 - TCU - Plenário, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam, que teve por objetivo avaliar as renúncias de receitas, concedidas a partir do exercício de 2008, referentes ao imposto de produtos industrializados (IPI) e ao imposto de renda (IR), bem como impactos de benefícios fiscais na repartição de receitas tributárias federais, em especial, nas transferências dos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (TC 020.911/2013-0).	Aprovado o parecer pelo arquivamento.	CMA	22/09/2015	Não

Matéria: Sugestão

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
SUG 8/2014	Regular o uso recreativo, medicinal e industrial da maconha.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do requerimento que apresenta.	CDH	02/09/2015	Não
SUG 19/2014	Cria o Programa Bolsa Jovem Estudante.	Aprovado o parecer favorável, nos termos do PLS que apresenta.	CDH	09/09/2015	Não

Matéria: Proposta de Fiscalização E Controle

Matéria	Ementa	Resultado	Comissão	Data da Reunião	Terminativo
PFS 1/2015	Propõe, com fulcro nos arts. 102-A e 102-B, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, Proposta de Fiscalização e Controle à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que seja investigado o processo de autorização da construção da Refinaria Premium I em Bacabeira, no Estado do Maranhão, e, sobretudo, a legalidade e legitimidade da determinação da Petrobras de suspender sua execução.	Aprovado o parecer, com adoção de providências.	CMA	15/09/2015	Não

[illegible]

COMISSÕES TEMPORÁRIAS											
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Proposições					
						PEC	PLC	REQ	PLS	PRS	Obs.
REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL PLS 487/13	2015										Aguardando instalação
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO RQS 40/2015	2015	4	3	3							
PACTO FEDERATIVO ATS 08/15	2015	8	1	0	-	4	1	-	5	-	1º Relatório Geral aprovado em 08/07/2015
REFORMA POLÍTICA ATS 12/2015	2015	12	0	0	-	1	4	-	10	-	
PLS 131 DE 2015 ATS 22/2015	2015	3	15	14							Comissão encerrada sem aprovação de relatório final
DESENVOLVIMENTO NACIONAL RQS 935/15	2015	5	0	0	-	-	2	-	3	1	Comissão instalada em 01/09/2015

COMISSÕES DE JURISTAS						
Nome	Ano	Reuniões	Req. Apresentados	Req. Apreciados	Doc. Recebidos	Anteprojeto
CÓDIGO ELEITORAL ATS 192/10	2010	5				
	2011					
	2012					
	2013					
	2014					
	2015					
	Total	5				
CÓDIGO AERONÁUTICO ATS 11/2015	2015	12				
DESBUROCRATIZAÇÃO ATD 13/2015	2015	3				Comissão instalada em 02/09/2015

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS E OITIVAS REALIZADAS POR COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
CPI DO HSBC	6
CPI DAS PRÓTESES	6
CPI DO ASSASSINATO DE JOVENS	13
CPI DO CARF	11
CPI DO FUTEBOL	3
TRANSPOSIÇÃO DO SÃO FRANCISCO	1
PACTO FEDERATIVO	1
TOTAL	41

Legendas – Comissões

CAE – Comissão de Assuntos Econômicos
CAS – Comissão de Assuntos Sociais
CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte
CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação e Controle
CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
CI – Comissão de Serviços de Infraestrutura
CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo
CRA – Comissão de Reforma Agrária e Agricultura
CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática
CMMC – Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas
CSF – Comissão Senado do Futuro

Legendas – Proposições

PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PLS – Projeto de Lei do Senado
ECD – Emenda da Câmara à Projeto de Lei do Senado
SCD – Substitutivo da Câmara à Projeto de Lei do Senado
PLC – Projeto de Lei da Câmara
PDS – Projeto de Decreto Legislativo
PRS – Projeto de Resolução do Senado
RQS “SF” – Requerimento apresentado no Plenário
IND – Indicação
PFS – Proposta de Fiscalização e Controle
EMEN PLEN. – Emendas de Plenário
MSF – Mensagem “SF”
REC – Recursos
OFS “S” – Ofício “SF”
DIV – Diversos
AVS – Aviso
AMA - AVS “CMA” - Aviso da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle
PET – Petição
SUG – Sugestão apresentada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa – CDH
DEN – Denúncia
DAS – Denúncia da Comissão de Assuntos Sociais
REP – Representação
CON – Consulta

Quadro de Requerimentos de Licença deferidos pela Mesa De 01 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Deferidos
Art. 13 (i)	38
Art. 40 - sem ônus (ii)	2
Art. 43, I (iii)	5
Art. 43, II (iv)	1
Art. 43, § 7º (v)	0
Soma	46

Requerimentos de retirada	1
----------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para exercer atividade política ou cultural de interesse parlamentar;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal sem ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratamento de saúde;
(iv) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares; e
(v) Requerimento de licença-paternidade.

Quadro de Requerimentos de Licença aprovados em Plenário De 01 a 30/09/2015

Fundamentação - RISF	Aprovados
Art. 40 - com ônus (i)	16
Art. 43, I (ii)	0
Art. 43, II (iii)	0
Art. 67 (iv)	0
Art. 221, II (v)	0
Soma	16

Missões não efetivadas (vi)	2
------------------------------------	----------

- (i) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(ii) Requerimento de licença para desempenhar missão pelo Senado Federal com ônus para a Casa;
(iii) Requerimento de licença para tratar de interesses particulares com convocação de suplente;
(iv) Representação do Senado Federal;
(v) Representação em cerimônia fúnebre; e
(vi) Conforme documentos enviados pelos Gabinetes comunicando a não realização da missão.

Fale com o Senado
0800 61 2211

